

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 035

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 10 DE ABRIL DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielese - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 24ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
10 DE ABRIL DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Cesar Seleme e Antonio Anibelli.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO,

dando as boas vindas aos nossos visitantes e com certeza os seus representantes terão oportunidade hoje, nesta sessão, de expressar o sentimento tanto da Polícia Militar, como da Polícia Civil.

Muito obrigado pela vinda à nossa Casa que é a Casa do povo paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem

MENSAGEM Nº 011/2001

Curitiba, 09 de abril de 2001.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, em conformidade com o preceito contido no artigo 54, inciso X, da Constituição Estadual, solicitar desse colendo Poder Legislativo, a exemplo de procedimentos já adotados em relação a viagens a Países que integram o Mercado Comum do Sul - Mercosul, utilização de tal sistemática, genericamente, para meus eventuais afastamentos do País, assim como os da vice-governadora senhora Emilia de Salles Belinati que, não superiores a 15 (quinze) dias e de exclusivo interesse do Estado, venham a ser necessários.

A ora solicitada autorização poderia abranger os afastamentos que ocorrerem até 31 de dezembro de 2002, fazendo-se, de cada um, prévia e expressa comunicação a essa Casa de Leis.

Certo que a presente solicitação merecerá o necessário apoio e a conseqüente autorização, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

Ofícios:

Sob o nº 375/2001, do senhor Djalmir da Costa Bessa, chefe de gabinete da SARC/MA, informando que foi prorrogado para 28 de fevereiro de 2002, a vigência do convênio firmado pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palotina/PR. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 383/2001, do senhor Djalmir da Costa Bessa, chefe de gabinete da SARC/MA, informando que foi prorrogado para 31 de agosto de 2001, a vigência do convênio firmado pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento e a Cooperativa Central de Crédito do Paraná - Sicredi Central. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 25/2001, do senhor José Menezes Neto, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, informando transferência de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social-PR, destinado a manutenção dos Serviços Assistenciais de Ação Continuada/2001. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 71/2001, do senhor Ramiro Wahrhaftig, secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, encaminhando Balanço e Relatório do Fundo Paraná, gerido pelo Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, exercício de 2000. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 106/2001, do senhor Eduardo Francisco Sciarra, secretário de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo, encaminhando relatório operacional do contrato de gestão, celebrado entre o Serviço Social Autô-

nomo Ecoparaná e o Governo do Estado do Paraná, e a correspondente prestação de contas dos recursos nele aplicados, devidamente aprovados pelo Conselho de Administração daquela entidade. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 354/2001, do senhor José Cid Campêlo Filho, secretário de Estado do Governo, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo deputado Antonio Anibelli, que pede esclarecimentos sobre “os vencimentos da coordenadora Hortência, do projeto da equipe “Paraná Basquete”. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Artigo Único - O artigo 27 e seus inciso IX, da Constituição do Estado do Paraná, passarão a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 27. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

I -

IX - A lei estabelecerá os casos de contratação, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 2 (dois) anos.”

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamento:

Plauto Miró Guimarães, Luiz Carlos Martins, Duílio Genari, Serafina Carrilho, Augustinho Zucchi, Custódio da Silva, Fernando Ribas Carli, Luiz Carlos Alborghetti, Carlos Simões, Ademar Traiano, Ricardo Maia, Luiz Accorsi, Cesar Seleme, Nelson Tureck, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Tiago Amorin Novaes, Ricardo Chab, Chico Noroeste, Moysés Leônidas, Cezar Silvestri, Elio Rusch, Divanir Braz Palma e Geraldo Cartário.

Indicação:

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e como líder do PSL - Partido Social Liberal, e atendendo solicitação desta presidência, INDICA, através do presente, o nome do deputado Geraldo Cartário como representante do nosso Partido para participar dos trabalhos da Comissão Especial de Investigação da Sanepar.

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS
Líder do PSL

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 894

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, na forma do Regimento Interno e após ouvido o douto Plenário, REQUER, seja deferido Regime de Urgência a tramitação do Projeto de Lei nº 232/2000, que dispõe sobre a concessão de vagas aos índios nos concursos vestibulares.

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO Nº 895

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 102/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, e que dispõe sobre o Fundo Estadual de Assistência Social.

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 897

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, na forma do Regimento Interno e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja deferido Regime de Urgência na tramitação do Projeto de Resolução nº 09/2001. Revoga o Decreto nº 3774 - ICMS.

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO Nº 892

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado voto de profundo pesar, à família do senhor Aurélio de Páris, pelo seu falecimento, ocorrido no último dia 04 de abril de 2001, no município de Itapejara d'Oeste.

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O senhor Aurélio de Páris nasceu em 30 de março de 1920, natural de Marcelino Ramos - RS, vindo a falecer no último dia 04 de abril de 2001, no município de Itapejara d'Oeste, na Comunidade Palmeirinha, onde morou durante 45 anos. Trabalhou arduamente nas atividades de serraria, carpintaria, suinocultura, e durante anos como agricultor.

Era casado com a senhora Angelina Lúcia Vendrusculo, e tiveram 09 filhos: Antonio de Páris, Anair de Páris, Ailton de Páris, Ana de Páris, Anselmo de Páris, Águida de Páris, Salete de Páris, Anele de Páris e Maria de Páris (esta já falecida). Estes casaram e moravam sem-

pre próximos aos pais, e também deram a eles 22 netos e 6 bisnetos.

No dia 14 de setembro de 1996 o casal realizou um sonho, convidando parentes e amigos para a cerimônia de bodas de ouro, que foi realizada na Capela da Palmeirinha. Também tiveram a graça de ter seus filhos, netos e bisnetos sempre muito perto, todos vizinhos, formando assim a Linha de Páris, como é chamado por todos na comunidade de Palmeirinha município de Itapejara d'Oeste.

Pessoa muito querida naquele município, onde por sua conduta e dedicação, deixa o exemplo de pai, esposo e amigo a todas aquelas pessoas que tiveram a felicidade de conhecê-lo.

REQUERIMENTO Nº 901

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja inserido nos anais desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento de Alceu Abagge, aos 70 anos de vida. Deixa viúva a senhora Zarife Manne Abagge, três filhos, noras e cinco netos. Foi empresário há mais de trinta anos, líder classista, integrante do quadro diretivo de todas as Entidades Patronais e Sindicais como SESC, SENAC, Federação do Comércio, Federação do Comércio Varejista. Alceu foi uma pessoa sensível às causas sociais e, mesmo no anonimato, sempre auxiliou vários segmentos da sociedade e dos meios políticos, com o único objetivo de aliviar o sofrimento do próximo.

Foi uma perda ímpar para toda a sociedade curitibana e paranaense. Aos familiares, nossos sinceros sentimentos de profundo pesar por irreparável perda. Recebam, deste deputado e de todos os demais Pares desta Casa de Leis, nossas sinceras, condolências.

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 863

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado voto de congratulações, a Comunidade do Município de Quarto Centenário, pelas comemorações alusivas aos 5 anos de emancipação político-administrativa do município, em 29 de abril do corrente ano.

Requer, ainda, que da aprovação deste, seja dada ciência a prefeitura municipal de Quarto Centenário (Rua Raposo Tavares, s/nº - CEP 87365-000 - Quarto Centenário - PR) e a Câmara Municipal de Vereadores (Avenida Paraná, s/nº - CEP - 87365-000 - Quarto Centenário - PR).

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 864

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado voto de congratula-

ções, a Comunidade do Município de Altamira do Paraná, pelas comemorações alusivas aos 19 anos de emancipação político-administrativa do município, em 27 de abril do corrente ano.

Requer, ainda, que da aprovação deste, seja dada ciência a prefeitura municipal de Altamira do Paraná (Rua Cantú, 180 - CEP 85280-000 - Altamira do Paraná - PR) e a Câmara Municipal de Vereadores (Rua Cantú, 180 - CEP 85280-000 - Altamira do Paraná - PR).

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 865

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, vem a Ilustre presença de Vossa Excelência e aos demais Pares desta Egrégia Casa de Leis para REQUERER, após ouvido o Plenário, seja enviado voto de congratulações a diretoria da "Associação dos Engenheiros Agrônomos de Campo Mourão", pela realização da Festa do Costeirão, em 08 de abril deste ano, que não mediu esforços no sentido de esmerarem-se na organização e atendimento a aproximadamente 2.500 (duas mil quinhentas) pessoas que participaram nas modernas e cômodas instalações da Associação, destinando parte da renda auferida ao "Lar Dona Jacira", que atende deficientes de Campo Mourão.

Requer, ainda, que da aprovação deste, seja dada ciência a Associação dos Engenheiros Agrônomos de Campo Mourão, na pessoa do seu presidente, senhor João Carlos Fiorese (Avenida João Bento, s/nº - CEP 87301-030 - Campo Mourão - PR).

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 866

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, vem a Ilustre presença de Vossa Excelência e aos demais Pares desta Egrégia Casa de Leis para REQUERER, após ouvido o Plenário, seja enviado voto de congratulações aos organizadores da tradicional "Festa em Louvor a São José", padroeiro de Campo Mourão, realizada em 18 de março deste ano, que com extrema competência e espírito solidário, esmeraram-se no atendimento a aproximadamente 10.000 participantes, que geram rendimento destinado a manutenção do Seminário São José.

Requer, ainda, que da aprovação desta, sejam comunicados: Mitra Diocesana de Campo Mourão - bispo Dom Mauro A. dos Santos (Rua Santa Catarina, 430 - caixa postal 470 - CEP 87300-970); Movimento "Serra Clube" - senhor José Bagini - Coordenador (Avenida Manoel Mendes de Camargo, 2190 - CEP 87300-000); Seminário São José - Reitor Padre Francisco Dantas de Carvalho (BR 369 km 2,5 - caixa postal 94 - CEP 87300-970) e catedral São José - Monsenhor Jorge

Wostal (Rua Harrison José Borges, 400 - CEP 87300-000 - Campo Mourão - PR).

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 867

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado voto de congratulações aos delegados de Polícia Civil Maurício de Oliveira Camargo, Nilson de Oliveira e José Aparecido Jacovós, respectivamente delegado chefe da 9ª Subdivisão Policial de Maringá, delegado adjunto da 9ª Subdivisão Policial de Maringá e delegado operacional também da 9ª Subdivisão Policial, que completam hoje, 10 de abril de 2001, um ano à frente do comando desta importante subdivisão policial do Paraná, congratulações extensivas a toda equipe.

Requer, outrossim, comunicação do feito aos senhores delegados Maurício de Oliveira Carmago, Nilson de Oliveira e José Aparecido Jacovós.

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Há um ano, quando da reforma administrativa em grande parte do aparato da segurança pública em nosso Estado, especialmente na estrutura da Polícia Civil, determinada pelo secretário de Estado da Segurança Pública, Excelentíssimo senhor José Tavares, os referidos delegados foram nomeados para os cargos que até hoje exercem na 9ª Subdivisão de Polícia de Maringá. Com eles deseja o secretário, bem como toda sociedade maringense e da região, uma ação contundente contra o crime organizado e resolução rápida e eficiente de todos os crimes, ou seja, não permitir que nenhum crime fique sem solução, com determinação de autoria e sua prisão, entre outras próprias ao setor.

Em que pese serem os três jovens e com poucos anos à frente de delegacias na região, eles corresponderam às esperanças neles depositadas pelo secretário e pela sociedade. O crime organizado foi debelado nos termos determinados e não se tem conhecimento de um crime, como os homicídios, por exemplo, que não tenha sido solucionado. Nestes tempos de provação do serviço público, especialmente o afeto à segurança pública, é digno de notar o comportamento dos referidos delegados e sua equipe, que têm contribuído para a segurança da sociedade e, mais, para a sensação de segurança, bem como para resgatar a imagem da corporação e do Estado em si.

Daí as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 893

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o

Plenário, envio de votos de congratulações ao diretor superintendente do Jornal Folha do Paraná, José Eduardo de Andrade Vieira, pela estréia da página voltada ao consumidor.

Requer, ainda que desta decisão, seja cientificado o respectivo homenageado, na Rua Piauí, 241, Londrina, Paraná- CEP 86-010-909 e também o diretor regional do Jornal Folha do Paraná em Curitiba, senhor Germano Vieira, na Rua Mauá, 1133, Centro Cívico - CEP 80.030-200.

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) ANTONIO BARATTER.

JUSTIFICATIVA:

Recentemente o nosso Código de Defesa do Consumidor completou 10 anos de existência.

Pode-se notar que desde a entrada em vigor desta lei, muita coisa mudou na relação de consumo. Os consumidores estão mais exigentes, pois sabem que o Código reequilibra a situação de desigualdade existente entre o empresário e o consumidor.

Diferente de grande parte das leis existentes no País, o CDC é uma lei bem conhecida pelos cidadãos e utilizada - apesar dos seus apenas 10 anos de existência.

Talvez isso se deva em parte à participação da sociedade civil organizada à época de sua elaboração, em parte à sua indiscutível utilidade e à ampla divulgação que recebeu desde sua promulgação até hoje - mas, de todo modo, não se poderia dizer que a "lei pegou", se o instrumento não se mostrasse eficiente, equilibrado, justo e moderno, pronto para enfrentar o novo século com mais revoluções tecnológicas, biológicas e outras que ainda se desconhece.

O Código do Consumidor desde o início aproximou o cidadão da lei, mas a efetivação dos direitos ali dispostos não decorrem direta e imediatamente do seu texto, mas sim, deveu-se aos grandes esforços empreendidos para torná-lo uma verdadeira ferramenta para uso do consumidor. O papel das associações de defesa do consumidor, dos Procons, do Ministério Público, dos juristas responsáveis pela elaboração do anteprojeto de lei e, principalmente, do cidadão que utilizou esse instrumento para alcançar um direito, do decisivo para alcançar a consagração dessa lei junto ao Poder Judiciário (jurisprudência), ao Poder Público em geral, às empresas, e, à opinião pública.

Devemos destacar também o importante papel da imprensa neste processo, onde o consumidor obteve um canal de denúncia e informação.

Dentro deste enfoque, gostaria de congratular o Jornal Folha do Paraná, seus diretores e funcionários, que, em sintonia com a população, estrearam no último dia 09 de abril, uma página voltada ao consumidor, que circulará todas as segundas feiras, no caderno de economia.

Tenho certeza que esta página será de grande utilidade para os leitores consumidores do jornal Folha do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 908

Senhor Presidente.

O deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulação do Sindicato dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Paraná - Sindipar, alusivos a posse da nova diretoria para o triênio 2001/2004, eleita em 16 de fevereiro de 2001.

Requer, ainda que do presente se dê ciência ao novo presidente José Francisco Schiavon, através de correspondência a ser encaminhada a rua Augusto Stresser, 600 CEP 80030-340, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 20.04.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 869

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, ao senhor presidente desta Casa Legislativa, seja determinado à Corregedoria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a tomada de providências com referência à apuração dos seguintes fatos: em 06 de abril de 2001, houve a transmissão de um facsimile, contendo informações mentirosas e ainda anônimas pela Secretaria Municipal de Saúde de Dois Vizinhos, pelo telefone nº 046.536-1485, às 9:46hs retratando o seguinte texto e destinado à Câmara Municipal de Vereadores de Dois Vizinhos, cujo texto segue anexo e aqui é transcrito.

Deputado e o absurdo da Venda da Copel

O povo mais uma vez vai pagar o preço de um governo sem vergonha e de deputados sem caráter, sem compromisso com o povo que negociam até o povo mais humilde em troca de dinheiro fácil.

Como será o comportamento, a decisão do deputado Litro? Será que vai se vender ao governo? Será que vai vender a confiança do povo que o elegeu, ou será que inventará uma doença para se licenciar e não votar?

Em outras épocas ele votou a favor do aumento do pedágio, contra os proprietários de veículos na antecipação do IPVA e também contra a criação da CPI do Narcotráfico.

Correm boatos que alguns deputados entre eles o Litro já tem um acordo com o governo, se tiverem certeza que o governo ganha, votam contra a privatização (já sabendo que o governo ganha), mas não vão aprovar um projeto que está na Assembleia para criar uma CPI sobre Corrupção na Copel.

É a hora da verdade, a podridão e a falta de respeito ao povo estão aparecendo. Fique de olho! Um deputado que votar a favor da venda da Copel é traidor do povo, é mercenário, hipócrita e covarde. O deputado que criar situações (doenças) para fugir da responsabilidade é mais cafajeste ainda.

Se você votou no deputado Litro ou em outro deputado, acompanhe este movimento e sinta o valor que você tem.

Fique de olho, a imprensa está noticiando que o governador está subornando deputados com alta grana, para votarem a favor da venda da Copel (1 milhão cada um, segundo o Jornal Gazeta do Paraná de 05.04.2001).

Segunda-feira, dia 09 de abril será a votação na Assembleia Legislativa, e daqui alguns dias será a votação para criar a CPI da Corrupção na Copel. Acompanhe e confirme quem é o deputado Litro”.

Considerando que se hoje é o deputado Luiz Fernando Litro da Silva o atacado pelas infâmias anônimas pela Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, logo poderá senhor presidente, ser qualquer um dos senhores deputados que sofrerão tais ações ilegais, imorais e inconseqüentes.

É necessário dar um basta neste tipo de ação política delituosa e que rememora os tempos da ditadura militar que assacava contra os que tinham posicionamento diferente toda qualquer injúria para deter seus opositores. Há que estabelecer um fim nesta ação deletéria que afronta a democracia brasileira, fruto de alguns que desejariam um país autoritário onde somente eles pudessem opinar.

Assim senhor presidente, requer-se a tomada de providências cabíveis, no sentido de evitar a perjúria e a difamação a este Poder e seus integrantes.

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) LUIZ FERNANDO LITRO

REQUERIMENTO Nº 911

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM que após a Leitura do “Protocolo de Intenções” anexo, firmado entre o governo do Estado, representado pelo secretário chefe da Casa Civil, doutor Alcení Guerra e os representantes constituídos das carreiras de base da Polícia Civil do Estado do Paraná, seja o documento em mencionado, submetido a Plenário para efeito de referendo por este Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 882

Senhor Presidente.

Os deputados subscritos do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM à Mesa, após aprovação do Plenário, o envio de Ofício 10/2001, de 30 de março do corrente, firmado pelo capitão Geraldo Domaneshi, comandante do 3º sub-agrupamento de Bombeiros, sediado em Umuarama à autoridade nominada na súmula deste documento, endossando a solicitação nele expressa para extensão de rede de energia elétrica à Ilha dos Bandeirantes situada no Parque Nacio-

nal de Ilha Grande no Rio Paraná, no distrito de Porto Camargo, município de Icaraíma.

Requerem ainda, máxima atenção para atendimento à solicitação dos aparelhos e equipamentos enumerados à pagina 5 do ofício em tela.

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

NELSON GARCIA

EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 902

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo senhor José Tavares, Digníssimo secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a urgente construção de muro, colocação de grades de proteção e reforma geral da Delegacia de Polícia de Assis Chateaubriand.

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

O prédio que abriga a 48ª Delegacia Regional de Polícia encontra-se em precário estado de conservação, necessitando urgentemente de reforma, visando oferecer melhores condições de trabalho aos funcionários daquela unidade policial. A inexistência de muro e grade de proteção, deixa a mesma desprotegida de qualquer ação de marginais no tocante a resgate de presos e a própria ação de vândalos, cuja construção também dificultará possível planejamento de fugas.

Trata-se de pleito formulado por toda a comunidade Assis-Chateaubrienses, representada pela Câmara Municipal, que aguarda com grande expectativa o breve atendimento da reivindicação em apreço.

REQUERIMENTO Nº 904

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao senhor Cesar Franco, Mui Digno diretor-geral do Detran, solicitando um microcomputador com impressora e um terminal telefônico para promover o Posto de Trânsito do município de São Pedro do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

O Posto do Detran de São Paulo do Iguaçu encontra-se desprovido de qualquer equipamento de informática, essencial nos dias de hoje para um bom desenvolvimento dos trabalhos e atendimento ao público, pois com acesso à Internet haverá interligação entre aquela unidade e o Detran desta Capital.

O atendimento ao postulado facilitará o desempenho das funções dos servidores, agilizando sobremaneira

os serviços prestados à comunidade, tornando possível a execução de pesquisas, buscas e consultas sobre a situação de veículos, proporcionando inclusive dentro das normas do Departamento, condições de se emitir documentos como guias de recolhimento de taxas e outros.

Vale salientar que o imóvel e o mobiliário utilizado pelo Posto pertence à Administração Municipal, a qual, mesmo tendo o maior interesse em melhor estruturar a unidade, não dispõe de recursos para essa finalidade.

REQUERIMENTO Nº 868

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Alcení Guerra, chefe da Casa Civil, solicitando as seguintes informações:

- o montante gasto na campanha publicitária (produção e veiculação) que justifica a privatização da Copel;
- qual foi o órgão do governo que autorizou a despesa na campanha publicitária;
- quem efetuará o pagamento das faturas e, se existir nota de empenho, informar;
- quais as agências publicitárias envolvidas nesta campanha;
- números totais de inserção e publicações da campanha nos veículos de comunicação e
- qual o período de vigência da campanha.

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Tornou-se prática muito comum, neste governo, a contratação de empresas para elaboração e aplicação de campanhas que veiculam, na maioria das vezes, publicidade enganosa.

Neste caso, utiliza-se mais uma vez o dinheiro público para tentar mobilizar a opinião dos paranaenses quanto à venda da Copel, o que torna fundamental o esclarecimento a esta Casa e à sociedade a natureza desses contratos e de que maneira foram firmados e aplicados.

Portanto, para termos este processo esclarecido não só a este deputado mas a todo povo paranaense, espero ver o presente requerimento aprovado pelos senhores parlamentares.

REQUERIMENTO Nº 872

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expedientes ao prefeito municipal de Cruzeiro do Iguaçu, senhor Paulo Santiago e ao presidente da Câmara Municipal, vereador Nivio Brezezinski, com votos de congratulações pela passagem do aniversário do município, no próximo dia 26 de abril.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dado ciência também ao senhor Luiz Antonio Dal Prá, vice-prefeito municipal.

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Famílias vindas do vizinho Estado de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, na década de quarenta, se instalaram nesta região, atraídas principalmente pela abundância e facilidade de aquisição de terras. O local preferido era a Colônia Missões, localizada no Oeste do Rio Chopim, próximo a sua foz.

Até o início da década de 50, o acesso, para o que é hoje a cidade de Cruzeiro do Iguaçu, era feito somente a cavalo, cortando picadas na mata, ou pelo leito de rios. Mesmo assim, enfrentando todos os tipos de dificuldades, muitas famílias ali se estabeleceram, dentre as quais, as de Atílio Francisco Major, Arcênio Gonçalves de Azevedo, Francisco Leôncio e Atílio Vieira.

O distrito foi elevado a categoria de município em 26 de abril de 1990, pela Lei Estadual nº 9.232, sancionada pelo então governador Álvaro Dias.

Claro que no decorrer destes anos existiram inúmeras dificuldades a obstar o desenvolvimento de Cruzeiro do Iguaçu, mas, os obstáculos foram e continuam a ser superados pela boa vontade, garra e determinação dos Cruzeirenses do Iguaçu, que se rejubilam neste período de festas em decorrência do seu aniversário, o qual deve ser registrado nos Anais desta Casa porque a felicidade dos aludidos munícipes nos alegra.

REQUERIMENTO Nº 873

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao prefeito municipal de Espigão Alto do Iguaçu, senhor José Nilson Sgoda e ao presidente da Câmara Municipal, vereador João Ribeiro, com votos de congratulações pela passagem do aniversário do município, no próximo dia 18 de abril.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dado ciência também ao senhor Agenor Bertencelo, vice-prefeito municipal.

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Sinto-me a vontade para falar de Espigão Alto do Iguaçu, afinal, foi de minha autoria o projeto de lei que criou este município, com território desmembrado de Quedas do Iguaçu. Há tempos faço política na região e neste período angariei centenas de amigos naquelas bandas. Em minhas idas ao então distrito de Espigão Alto, sentia da população o desejo de emancipação, caminho este que resultaria em melhores condições de vida para a população. E foi motivo por este sentimento que ajudei a criá-lo. Espigão Alto do Iguaçu, encontra-se na segunda administração municipal sob o comando do polivalente

José Nilson Sgoda, que tem administrado a cidade com maestria, gastando menos do que arrecada, razão pela qual a Prefeitura encontra-se com a situação financeira equilibrada. Tanto é verdade que lá houve candidatura única para prefeito, numa demonstração de que todos os segmentos políticos, reconhecem o brilhante trabalho do prefeito municipal.

Nossa passagem pela vida pública será lembrada pelas coisas boas feitas nela. Destarte, concluo dizendo que a emancipação política de Espigão Alto do Iguaçu é uma das coisas que pude fazer durante minha jornada política.

A toda a população de Espigão Alto do Iguaçu e a seus políticos, em nome da Assembléia Legislativa, o meu abraço chinchado.

REQUERIMENTO Nº 874

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio expediente ao prefeito municipal de Palmas, senhor Hilário Andrako e ao presidente da Câmara Municipal, vereador Juraci Antonelli, com votos de congratulações pela passagem do aniversário do município, no próximo dia 14 de abril.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dado ciência também ao senhor Francisco Puton, vice-prefeito municipal.

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O município de Palmas é conhecido carinhosamente como mãe do Sudoeste, importante região do Estado do Paraná. Sua ocupação iniciou-se no ano de 1839, põe ações desenvolvidas por estancieiros guarapuavanos. É antiga a movimentação no território palmense, sendo atribuída a Zacarias Dias Côrtes seu descobrimento, no ano de 1720. Dias Cortês foi à procura de ouro no Morro do Ibituruba, e perseguindo lendas sobre maravilhosas riquezas, dirigiu-se ao sul do Rio Iguaçu, atingiu o norte do Rio Uruguai, devassando os Campos de Palmas. Passado alguns meses, Cortês enviou ao governo provincial uma planta da região e o diário do seu percurso, de grande valia em anos posteriores.

A Lei Provincial nº 22, de 28 de fevereiro de 1.855, criou a freguesia de Palmas no território de Guaruapuava.

Palmas tornou-se uma das mais importantes cidades do Paraná, não sem antes ter enfrentado uma série de problemas, dentro os quais, o fundiário. As sucessivas administrações municipais, possibilitaram o crescimento do município, cujo desenvolvimento é a constatação de que seriedade na administração pública produz resultados significativos. É óbvio que a população tem participação preponderante para esse sucesso.

Como é dever desta Casa valorizar nossas conquistas, ao parabenizar a população Palmense, a Assembléia

Legislativa dá provas de reconhecer a importância que este município tem para o nosso querido Paraná.

REQUERIMENTO Nº 879

Senhor Presidente.

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER envio de expediente à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos de Família, solicitando providências no sentido de proceder a construção e funcionamento de uma creche no Bairro Novo Mundo, município de Francisco Beltrão, uma vez que muitas mães residentes no referido bairro, precisam trabalhar fora de casa e não têm com quem deixar seus filhos.

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 880

Senhor Presidente.

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER envio de expediente à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos de Família, solicitando providências no sentido de proceder a construção e funcionamento de uma creche no Bairro Marrecas, município de Francisco Beltrão, uma vez que muitas mães residentes no referido bairro, precisam trabalhar fora de casa e não têm com quem deixar seus filhos.

Sala das sessões, em 10.04.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 881

Senhor Presidente.

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, respeitosamente REQUER envio de expediente ao diretor presidente do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, solicitando que sejam tomadas as providências necessárias no sentido de se apurar a destinação comercial da madeira retirada ilegalmente da Fazenda Santa Rosa, no município de Mangueirinha, identificando todos os envolvidos na cadeia de comercialização.

Sala das sessões, em 10.04.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 883

Senhor Presidente.

O deputado estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER envio de expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando informações:

a) Quantos policiais civis e militares compõem o quadro efetivo no Paraná;

b) quantos policiais civis e militares estão destinados a Região Metropolitana de Curitiba, especificamente por município;

c) quantos estão destinados ao interior do Estado;

d) qual a média de policiais civis e militares por habitante nos municípios do Paraná;

e) qual o número de viaturas de polícia por município.

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 884

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa, REQUER o envio de correspondência, em caráter de urgência, ao presidente da Copel e ao prefeito de Londrina, solicitando dos mesmos providências no sentido de encontrar solução para o problema constatado em bairros carentes do município de Londrina, evitando o corte de fornecimento de energia elétrica e a regularização dos lotes.

As localidades como os assentamentos Monte Cristo e Jardim Maracanã, a Rua Rudolph Keilhold (entre os conjuntos João Paz e Farid Libos), nos fundos do conjunto Aquiles Stenghel, a Favela Franciscato, a Favela Quati, o Jardim União da Vitória e nas imediações da Rodovia Carlos João Strass (em frente a garagem da Til), possuem muitos casos de ligações clandestinas que necessitam ser solucionados, levando-se em consideração que se tratam de famílias de baixa renda agindo em estado de necessidade.

Solicita-se, outrossim, seja dispensado o uso da força policial e sejam iniciadas atividades no sentido de regularizar os lotes e conseqüente instalação regular da rede de energia elétrica.

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 888

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao Exce-lentíssimo senhor Jaime Lerner, governador do Estado do Paraná e ao senhor Ingo Hübert, secretário de Estado da Fazenda, objetivando a permanência e o não fechamento do escritório da Agência de Rendas do município de Chopinzinho.

Em face da manifestação de segmentos sociais organizados, bem como da população daquela região, diante da necessidade da prestação de serviços e a proximidade no atendimento aos contribuintes circunvizinhos onde se situa a referida Agência de Rendas.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das sessões, em 10.04.2001.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 889

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e depois de ouvido o

douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao superintendente do Porto de Paranaguá, senhor Osíres Stenghel Guimarães, solicitando que os motoristas de caminhões sejam indenizados pelos dias parados na Rodovia Curitiba-Paranaguá (BR-277) tendo em vista os lucros cessantes dos mesmos, devido a falta de estrutura no Porto para atender a supersafra deste ano.

Outrossim, requer seja controlada a chegada dos caminhões na fila de espera, através de senha, e sejam pagas diárias, contadas após 24 (vinte e quatro) horas da entrada na respectiva fila.

Requer ainda, informações do Porto de Paranaguá sobre as providências imediatas que estão sendo tomadas, bem como o planejamento para o próximo ano, visando solucionar o problema de estrutura e atendimento do referido Porto.

Justifica-se tal solicitação para que os caminhoneiros possam ser ressarcidos pelo menos em parte, dos prejuízos que têm, como os lucros cessantes, bem como pelas condições precárias que se encontram na respectiva rodovia, sem mínimas condições de higiene pessoal e qualquer infra-estrutura.

Finalmente, requer seja encaminhado o presente requerimento à Superintendência do Porto de Paranaguá, sito à rua Antonio Pereira, 161 - Cais do Porto, CEP 83.221-030 - Paranaguá - PR.

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 890

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa, REQUER o envio de correspondência ao ministro de Estado da Educação, Paulo Renato Souza, solicitando ao mesmo a reabertura do prazo de inscrição dos estudantes no Programa de Financiamento do Ensino Superior (FIES), bem como determine a revisão dos critérios de inscrição no programa, que somente é permitida através da Internet e mediante a exigência de inscrição do aluno no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), mesmo sendo ele menor de idade.

Milhares de estudantes em todo o País podem ficar fora do FIES, pois o prazo terminou no dia 23 de março e as dificuldades de acesso à Internet, sobretudo no interior, são comuns.

Sala das sessões, em 10.04.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 903

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo senhor Ingo Hübert, Digníssimo Secretário de Estado da Fazenda, e ao Ilustríssimo Senhor João Manoel Delgado

Lucena, Mui Digno Diretor da Coordenadoria da Receita do Estado, solicitando a permanência em funcionamento da Agência de Rendas do município de Cafelândia.

Sala das sessões, em 10.04.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

Formulamos o presente requerimento no intuito de que o governo do Estado, através da Secretaria da Fazenda, não proceda o fechamento da Agência de Rendas do município de Cafelândia, porque temos recebido veementes apelos da sociedade em geral daquela cidade, especialmente da comunidade empresarial, que certamente será prejudicada com uma medida dessa natureza, pois terão que se deslocar por muitos quilômetros até a Agência da cidade mais próxima.

Esperamos que, constando realmente dos planos do governo a desativação daquela unidade fazendária, essa decisão seja revista, e com especial atenção e cautela para que o empresariado local não seja prejudicado, continuando assim a desfrutar da comodidade e o conforto que lhe tem proporcionado o atual atendimento prestado pela Agência na sede do município.

REQUERIMENTO Nº 905

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado de expediente ao secretário de Segurança Pública senhor José Tavares da Silva Neto, solicitando providências em caráter de urgência, o aumento do efetivo da Polícia Militar e Polícia Civil, viaturas policiais e combustível para a 2ª Companhia de Polícia Militar com sede no município de Medianeira - PR.

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação prende-se ao fato de que o município encontra-se em situação preocupante quanto a segurança da população, devido ao pequeno número de efetivos no município.

Em função do exposto solicitamos os préstimos e a especial atenção de Vossa Senhoria no sentido aumentar o policiamento, atendendo assim as necessidades da população no que se refere a segurança.

REQUERIMENTO Nº 906

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado de expediente ao presidente da Ferropar senhor Benony Schmitz, solicitando providências em caráter urgente no sentido de viabilizar vagões para o setor produtivo da Região Oeste do Paraná via Porto de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Constatamos, através de correspondências a nós enviadas por empresas de comercialização do setor agrícola e agroindústrias, que a Ferropar não disponibiliza vagões para o setor produtivo da Região Oeste do Estado via Porto de Paranaguá, apenas para empresas multinacionais e o Paraguai.

Dentre estas correspondências recebidas pontuamos:

“Infelizmente a Ferropar, que foi construída para facilitar e beneficiar as empresas do Paraná, para auxiliar na exportação de nossos produtos, não dispõe de vagões via Porto de Paranaguá, para nossas empresas, somente valorizando empresas multinacionais e o Paraguai”.

Ainda:

“Estas empresas multinacionais e o Paraguai, que transportam produtos o ano inteiro, obviamente estas não auxiliam no pagamento da construção desta ferrovia, e no que se refere a transporte estão grandemente beneficiadas, em detrimento às empresas locais”.

Em função do exposto solicitamos os préstimos e a especial atenção de Vossa Senhoria no sentido de viabilizar, vagões para o atendimento deste produtores da Região Oeste do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 907

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado de expediente ao secretário de Segurança Pública senhor José Tavares da Silva Neto, solicitando providências em caráter de urgência, o aumento do efetivo da Polícia Militar para o município de Santa Terezinha do Itaipu - PR.

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A situação da segurança pública do município de Santa Terezinha do Itaipu é preocupante, uma vez que o efetivo da Polícia Militar é de apenas 12 (doze), homens para uma população de 18.000 habitantes, ocorrendo assim um déficit de policiais no município.

Salientamos ainda que Santa Terezinha do Itaipu esta localizada próximo a Foz do Iguaçu, considerada uma das cidades mais violentas do Brasil, e vem sofrendo consequências tristes decorrentes da falta de atenção das autoridade competentes em relação a Segurança Pública.

Em função do acima exposto solicitamos os préstimos e a especial atenção de Vossa Senhoria no sentido aumentar o policiamento no município de Santa Terezinha do Oeste - PR.

REQUERIMENTO Nº 910

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente

ao secretário de Segurança Pública senhor ministro Costa Leite, presidente do Superior Tribunal de Justiça, solicitando a instalação de uma Vara de Justiça Federal no município de Toledo, Estado do Paraná.

Trata-se de uma reivindicação de toda população dos municípios que integrarão a Seção Judiciária, plenamente justificada pelo volume de feitos da competência da Justiça Federal que tramitam atualmente na Comarca de Toledo.

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO, TIAGO DE AMORIN NOVAES, NELSON GARCIA, MILTINHO PUPPIO, TONY GARCIA, LUIZ CARLOS MARTINS, ALGACI TULIO, NEREU MOURA, RICARDO CHAB, FERNANDO RIBAS CARLI, HERMAS BRANDÃO, DUÍLIO GENARI, ANTONIO BARATTER, RICARDO MAIA, AUGUSTINHO ZUCCHI, ANTONIO CARLOS BELINATI, SÉRGIO SPADA, ANTONIO ANIBELLI, MARCOS ISFER, LUIZ CARLOS ZUK, ADEMAR TRAIANO, MOYSÉS LEÔNIDAS, ORLANDO PESSUTI, DIVANIR BRAZ PALMA, VALDIR ROSSONI, ELI GHELLERE, IRINEU COLOMBO, CARLOS SIMÕES, LUIZ ACCORSI, CEZAR SILVESTRI, EDNO GUIMARÃES, BERALDIN, CESAR SELEME, HIDEKAZU TAKAYAMA, NELSON TURECK, CHICO NOROESTE, GERALDO CARTÁRIO e SERAFINA CARRILHO.

REQUERIMENTO Nº 871

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após, ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, o envio de pedido de informações ao secretário de Estado da Fazenda, senhor Ingo Henrique Hübert, solicitando o que segue:

a- o nível de inadimplência das empresas beneficiárias do Programa Paraná Mais Emprego;

b - o montante de crédito possuídos pelo Tesouro Estadual junto as empresas que aderiam ao programa acima, em 31 de dezembro de 2000;

c - o valor total dos impostos recolhidos pelo tesouro Estadual que tiveram como origem as empresas inscritas no Paraná Mais Emprego.

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 898

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Assembléia Legislativa do Estado do protocolo de intenções com três cláusulas, firmado entre a Polícia Civil do Estado do

Paraná e o governo do Estado, em data de 09 de abril de 2001.

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 886

Senhor Presidente.

Apresentamos este requerimento, em nome do PDT, chamando atenção para a reportagem que foi publicada no jornal O Estado do Paraná, em sua edição de hoje, alertando para o risco de colapso na distribuição de energia na Califórnia, nos Estados Unidos, frente às incertezas que vivenciamos no tocante à questão da Copel. A nossa avaliação é de que o governo do Paraná não teria o direito sequer de cogitar a privatização da Copel, haja vista que o governador Jaime Lerner (PFL) jamais defendeu tal idéia nos pleito dos quais tenha participado.

A Copel é uma empresa rentável, eficiente e de grande futuro, já que possui 18 usinas totalmente quitadas e construídas em solo paranaense. É irrefutável sua capacidade de competir no mercado, considerando que nenhuma outra empresa do setor é tão completa como a Copel, com geração, transmissão e distribuição de energia. Vender o que está indo bem, para corrermos o risco de sermos no amanhã dependentes de empresas como as norte-americanas Pacific Gás & Electricity e Southern Califórnia Edison??? Francamente, senhoras e senhores deputados, é um risco que devemos evitar!

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(aa) ELI GHELLERE

LUIZ CARLOS ZUK

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 119/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Estado do Paraná com sede e foro em Curitiba - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.04.2001

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Estado do Paraná constitui uma entidade civil sem fins lucrativos políticos ou religiosos.

A referida Associação vem desenvolvendo ações de relevante teor social, reunindo instituições representativas de produtores rurais e da indústria, promovendo o desenvolvimento e aperfeiçoamento da pecuária, esten-

dendo para a produção vegetal, viabilizando também ações de defesa sanitária no Paraná.

Entre suas principais atividades podemos citar a realização de várias reuniões, resultando como por exemplo na criação do CONESA - Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária, contribuindo de forma ímpar para o combate da febre aftosa no Estado do Paraná.

Todas estas realizações promoveram de forma gradativa a melhoria da competitividade da nossa produção agropecuária e conseqüentemente a qualidade de vida da população.

Em função dos motivos acima expostos, solicitamos aos nobres pares desta Casa de Leis, seu reconhecimento como Entidade de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 120/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Para celebração de convênio com o Estado, administração direta ou indireta, não será exigida do município a apresentação da certidão negativa de débito - CND - expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

Art. 2º - O disposto nesta lei não se aplica à transferência de recursos provenientes da União, quando contrário aos procedimentos por esta estabelecidos.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.04.2001

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O convênio administrativo é um acordo firmado por entidades públicas de qualquer espécie, ou entre estas e organizações particulares, para a realização de objetivos de interesse comum dos partícipes. Ele pode ter por objeto uma obra, um serviço, o uso de certo bem, desde que presente o legítimo interesse público e desde que os interesses dos partícipes sejam convergentes, comuns.

Verifica-se, pois, que no convênio, os objetivos dos partícipes são iguais, na medida em que eles conjugarão esforços comuns para a consecução da finalidade ajustada. Cada um dos partícipes utiliza recursos financeiros, técnicos ou humanos para concretizar o objetivo pretendido.

Na lição de Maria Sylvia de Pietro, o convênio tem em comum com o contrato o fato de ser um acordo de vontades. mas é um acordo de vontades com características próprias. No contrato, os interesses das partes são opostos e contraditórios, já que elas desejam coisas diferentes. Assim, as vontades das partes são antagônicas. Já no convênio, os interesses são recíprocos. Os partícipes visam a realizar conjuntamente uma

ou várias operações comuns. Verifica-se, pois, que as vontades se somam.

A Constituição Federal, no seu artigo 23, arrola uma série de atividades que são da competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, como, por exemplo, o cuidado com a saúde e a assistência pública, a proteção das pessoas portadoras de deficiência, a proteção do meio ambiente, o combate à poluição, o combate das causas da pobreza e das causas da marginalização. Para o exercício dessas atividades, a cooperação entre os entes da Federação é recomendada, a fim de se alcançarem o desenvolvimento e o bem-estar no âmbito nacional. É o que determina o parágrafo único do artigo 23 da Carta Magna.

A celebração de convênios entre os entes federados é uma das formas da cooperação supra-mencionada. Trata-se de importante instrumento para o implemento das políticas públicas. Essa importância dos convênios é ainda maior no âmbito do Estado do Paraná, em que é grande o número de municípios que dependem dos recursos proporcionados pelos convênios para a realização das atividades arroladas no artigo 23 da Constituição da República.

A exigência de certidão negativa de débito junto ao INSS tem representado um obstáculo para a celebração de acordos entre entes federados.

É importante observar o que dispõe o artigo 195, § 3º, da Constituição Federal.

“Art. 195 - ...

§ 3º - a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios”.

Verifica-se, pois, que a Carta Magna, ao proibir as pessoas jurídicas em débito com o sistema da seguridade social de contratar com o poder público, não faz alusão a convênios, mas apenas a contratos. Sabemos que, pelas regras de hermenêutica, é defeso ao intérprete ampliar uma restrição imposta pelo legislador. Assim, essa restrição constitucional não pode ser ampliada de forma a alcançar os convênios. Afinal, se o legislador constituinte assim desejasse, ele o teria feito.

Portanto, a exigência da CND junto ao INSS tem fundamento constitucional apenas para a celebração de contratos, mas não para convênios. Por isso, a dispensa pretendida pelo projeto de lei em análise deve abranger apenas os convênios, e não os contratos.

O Município, como pessoa jurídica de direito público interno, tal como arrolado no inciso III do artigo 14 do Código Civil, deve apresentar a certidão Negativa de Débito expedida pelo INSS para a celebração de contrato com o Estado ou com entidade da administração indireta.

Não nos parece possível isentá-lo desse dever em nenhuma circunstância.

Já quanto à celebração de convênio, a exigência da referida certidão extrapola os ditames constitucionais.

Contrato e convênio não se confundem. Embora sejam ambos acordos de vontade, cada qual tem suas próprias características, as quais seria por demais extenso enumerar.

O fato é que, diferindo o convênio do contrato e, além disso, não se caracterizam como benefício nem como incentivo fiscal nem creditício, nada impõe a apresentação de certidão negativa de débito expedida pelo INSS para a celebração do ajuste.

A exigência de CND para a celebração de convênios é inconstitucional. Essa inconstitucionalidade independe do fato de o município dispor do fundo de previdência própria.

A presente matéria, além de constitucional, é meritória, já que a apresentação da CDN representa um obstáculo para a celebração de convênios, instituto de suma importância para a prestação de serviços públicos pelos municípios paranaenses.

PROJETO DE LEI Nº 121/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná obrigado a manter sítio único na rede eletrônica internet, contendo:

- a) o Plano Plurianual;
- b) a Lei Orçamentária Anual;
- c) a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- d) as prestações de contas e seu parecer prévio;
- e) o Relatório Resumido da Execução Orçamentária;
- f) o Relatório de Gestão Fiscal;
- g) a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso;
- h) identificação dos beneficiários de pagamentos de sentenças judiciais, por meio de sistema de contabilidade e administração financeira (art. 10 da Lei Complementar 101, de 04.05.2000);
- i) os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo. (art. 12, § 3º da Lei Complementar 101, de 04.05.2000);
- j) os projetos de lei referentes à alínea “a”, “b” e “c”;
- k) as metas bimestrais de arrecadação, com a especificação das medidas de combate à evasão e à sonegação;
- l) contas apresentadas ao Poder Executivo da União (art. 51, § 1º da Lei Complementar 101 de 04.05.2000);
- m) as versões simplificadas e anexos destes documentos.

§ 1º - Os documentos e relatórios relacionados nas alíneas anteriores deverão obedecer ao disposto nos artigos 52, 53 e 55 da Lei Complementar 101 de 04.05.2000.

§ 2º - O endereço eletrônico a que se refere o caput deve ser único com o domínio eletrônico www.orçamentodoparana.pr.gov.br, devendo constar em todas as páginas eletrônicas dos poderes e órgãos do Estado do Paraná.

Art. 2º - Fica obrigado o Poder Executivo do Estado do Paraná a disponibilizar estas informações atualizadas no sítio eletrônico até:

a) 48 (quarenta e oito) horas após a publicação nos casos previstos no art. 1º, alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “h”;

b) 48 (quarenta e oito) horas após encaminhado pelo Poder Executivo à Assembléia Legislativa do Paraná, nos casos previstos no art. 1º, alíneas “i” e “j”;

c) 24 (vinte e quatro) horas após o prazo estabelecido pelo art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, nos casos previstos no art. 1º, alíneas “g” e “k”;

d) 1º de março no caso previsto pelo art. 1º, alínea “l”.

Art. 3º - As informações alocadas neste sítio eletrônico permanecerão disponíveis durante todo o exercício a que se referem, pelo prazo mínimo de cinco anos.

Art. 4º - As infrações ao disposto nesta lei implicará em crime de responsabilidade.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga os dispositivos em contrário.

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(aa) HERMES FONSECA
IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela visa regulamentar o processo de divulgação das informações de que tratam os artigos 48 e 49 da Lei de Responsabilidade, na rede mundial de computadores - Internet.

Há que se destacar, todavia, que a preocupação com a transparência dos gastos públicos já é presente na Carta Magna Federal de 1988, que elevou à categoria de princípio constitucional a publicidade dos atos administrativos, criando vários dispositivos que asseguram a obrigação do Estado demonstrar como está empregando os recursos públicos. Com o advento das emendas constitucionais 19 e 20, esta exigência foi ainda mais acen-tuada.

Advindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, notadamente nos artigos 48 e 49, foi estabelecido, que além dos meios oficiais de se dar ciência dos atos da administração pública, as contas públicas devem também ser disponibilizadas na rede mundial de computadores - Internet.

Destaca-se ainda, que a publicidade dos atos administrativos propicia o conhecimento da conduta interna de seus agentes e executores. Os poderes-deveres do administrador público, são os expressos em lei (Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei de Responsabilidade

Fiscal, Lei de Improbidade etc), os impostos pela moral administrativa e os exigidos pelo interesse da coletividade.

O dever de prestar contas é decorrência natural da administração como encargo de gestão de bens e interesses alheios e, a prestação de contas não se refere apenas ao dinheiro público, ou à gestão financeira, mas a todos os atos de governo de administração.

Portanto, por exigência legal - art. 37, caput, da Constituição Federal, art. 27, caput, Lei de Responsabilidade Fiscal - e pela facilidade da tecnologia atual - a rede eletrônica internet - nada justifica o segredo que se mantém em torno da execução orçamentária, podendo-se disponibilizá-la na rede de forma imediata e sua execução dando à cidadania e ao mundo um exemplo de transparência, palavra-chave nas democracias que se querem evoluídas.

PROJETO DE LEI Nº 122/2001 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Estadual de Cultura - FEC, destinado a prover recursos para atendimento à pesquisa, produção artístico-cultural e preservação do patrimônio cultural paranaense.

Parágrafo Único - O fundo de que trata este artigo será gerido pelo Conselho Estadual de Cultura, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura.

Art. 2º - São recursos do Fundo Estadual de Cultura - FEC:

I - valores obtidos pelo arredondamento de centavos para unidade de real, nos talões das tarifas de energia elétrica e de água e esgotos;

II - doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

III - rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;

IV - outros recursos que forem destinados.

Art. 3º - O Fundo Estadual de Curitiba - FEC terá personalidade jurídica, contábil e patrimonial próprias.

Art. 4º - A aplicação de recursos do FEC far-se-á de acordo com plano anual, aprovado pelo Conselho Estadual de Cultura e homologado pelo governador do Estado.

Parágrafo Único - Mediante prévia autorização do governador do Estado, poderão ser executados programas especiais, efetivadas despesas consideradas indispensáveis e não constantes do Plano de Aplicação.

Art. 5º - Da aplicação dos recursos do FEC, serão prestadas contas nos termos da legislação vigente.

Art. 6º - O Poder Executivo expedirá a regulamentação que se fizer necessária à execução da presente lei.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, que tenho a honra de submeter à apreciação desta Casa de Leis, visa instituir o Fundo Estadual de Cultura - FEC, objetivando a formação de recursos destinados ao atendimento de despesas com pesquisa, produção artístico-cultural e preservação do Patrimônio Cultural do Estado do Paraná. O Fundo em referência será, na forma do disposto no artigo 230, da Carta Estadual, gerido pelo Conselho Estadual de Cultura, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura. Segundo dispositivos expressos, o Fundo Estadual de Cultura terá personalidade jurídica, contábil e patrimonial próprias e prestará contas ao Tribunal de Contas do Estado, na forma da legislação vigente.

Assim sendo e pelo alto significado da medida que, por certo, proporcionará expressivos benefícios às atividades culturais de nossa terra, espero contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 123/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os créditos tributários em decorrência da legislação do Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores, IPVA, as multas de trânsito estaduais e taxa de estadia do Detran, lançados até 31 de dezembro de 2000, poderão ser parcelados em até 12 (doze) vezes.

§ 1º - O não pagamento de quaisquer parcelas nos prazos fixados, importará na imediata exigência do saldo do crédito tributário, prevalecendo os benefícios desta lei apenas no que se refere aos valores das parcelas pagas.

§ 2º - O valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a R\$50,00 (cinquenta reais).

§ 3º - O disposto neste artigo não enseja a restituição ou compensação de crédito tributário já extinto.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa o parcelamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, IPVA, as multas de trânsito estaduais e taxas de estadia do Detran, lançados até 31 de dezembro de 2000, em até 12 vezes, num valor mínimo de R\$50,00 a parcela.

O Estado do Paraná conta atualmente com 2.395.420 veículos cadastrados e com aproximadamente R\$110 milhões em IPVA atrasado. Com a medida proposta, certamente muitos paranaenses terão novamente a chance de colocar seus débitos em dia e o governo do Estado terá condições de obter uma maior arrecadação.

Conto com a aprovação dos nobres Pares na presente propositura.

PROJETO DE LEI Nº 124/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Idosos Viva Vida de Santo Antonio do Sudoeste-PR, com sede e foro neste mesmo município de Santo Antônio do Sudoeste - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Idosos Viva Vida de Santo Antonio do Sudoeste - PR, que tem as seguintes finalidades estabelecidas no seu estatuto:

- a) a congregação de pessoas idosas em torno de um interesse comum, no desenvolvimento humano;
- b) desenvolvimento do companheirismo;
- c) prática de jogos, lazer, entre outros;
- d) desenvolvimento da cultura e do trabalho artesanal;
- e) Desenvolvimento de atividades culturais e do trabalho próprio à terceira idade.

Trata-se de Associação constituída e devidamente registrada a mais de um ano, sem fins lucrativos, onde nenhum dos membros da diretoria, conselheiros ou sócios recebem qualquer tipo de retribuição financeira, sendo-lhes expressamente vedado pelo estatuto (artigo 28) o recebimento de lucro, gratificações, bonificação ou vantagem.

A Associação desenvolve uma política filantrópica e cultural, possibilitando aos seus associados uma maior integração com a comunidade, além de dar-lhes assistência terapêutica, através da prática de jogos, trabalho artesanal e outras atividades próprias à terceira idade.

PROJETO DE LEI Nº 125/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam isentos do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações, máquinas e implementos agrícolas, como moto-

niveladoras, tratores e pá-carregadeira, que forem destinados única e exclusivamente ao serviço público.

Art. 2º - Nos casos previstos no artigo 1º, havendo venda posterior dos bens a terceiros, a isenção deixará de ocorrer.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto em questão dispõe sobre a isenção de ICMS para máquinas e implementos agrícolas, como motoniveladoras, tratores e pá-carregadeiras, desde que destinados única e exclusivamente no serviço público.

A grande maioria dos órgãos públicos possui uma frota de equipamentos totalmente sucateada, principalmente as Prefeituras Municipais, que além do equipamento necessário à melhoria da malha viária, não possuem recursos para compra de equipamentos.

Com a isenção do ICMS o custo dos equipamentos, tornar-se-iam mais acessíveis, facilitando a aquisição por órgãos destinados ao serviço público.

Contamos com a aprovação dos nobres Pares na aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 126/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam isentos do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações, veículos destinados a táxi, em todo o Estado do Paraná.

Art. 2º - Nos casos previstos no artigo 1º, havendo venda posterior dos bens a terceiros, a isenção deixará de ocorrer.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em questão visa isentar de ICMS veículos destinados a táxi, no âmbito do Estado do Paraná.

É de conhecimento público que a frota de táxi, principalmente nos grandes centros, se encontra sucateada devido à impossibilidade financeira dos taxistas de comprarem carros novos, sendo esta renovação de interesse da própria segurança pública, já que quem utiliza tais serviços são os cidadãos paranaenses.

Com a isenção do ICMS, a exemplo do IPI, certamente a frota de táxis será renovada.

Contamos com a aprovação dos nobres Pares na aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 127/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam isentos do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações, ambulâncias destinadas a hospitais e postos de saúde da rede Pública Estadual.

Art. 2º - Nos casos previstos no artigo 1º, havendo venda posterior dos bens a terceiros, a isenção deixará de ocorrer.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.04.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em questão visa isentar de ICMS ambulâncias destinadas única e exclusivamente a hospitais e postos de saúde da rede Pública Estadual.

Hospitais e postos de saúde estão passando por sérios problemas financeiros, advindos a difícil situação financeira pela qual passa o País e pelas "heranças" deixadas por administrações anteriores, tudo isto fazendo com que o cidadão pague pelos descasos causados, muitas vezes na área da saúde.

Com a isenção do ICMS, o custo das ambulâncias tornar-se-iam mais acessíveis, facilitando a aquisição por parte dos hospitais e postos de saúde da Rede Pública Estadual.

Contamos com a aprovação dos nobres Pares na aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, para fazer a saudação aos visitantes, deputado Ricardo Chab.

O SR. RICARDO CHAB

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras e senhores que hoje acompanham a sessão, nessa Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Eu, como presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa e envolvido diretamente na luta dos senhores e senhoras presentes, estou fazendo essa abertura no sentido de recepcioná-lo, e muito bem, porque esta Casa conhece, como ninguém, a sua luta e eu, em particular, também conheço. Gostaria que nesta tarde, tão representativa para todos nós e diretamente a vida dos senhores e de cada um de vocês, em especial os policiais

civis que aqui estão, as esposas de policiais militares que aqui estão, gostaria nessa tarde de mostrar-lhes o grande carinho que esta Assembléia tem por todos vocês.

Gostaria, senhor presidente, em meu nome, em nome do Sinclapol, em nome da Associação de Esposas e Policiais Militares, de dizer ao senhor o seguinte: “Quão grato nós ficamos pela sua abertura nesta Casa”.

Eu, na semana que passou, quero fazer um breve histórico, apresentei aqui um requerimento, para que vocês pudessem ocupar a tribuna da Casa, e como é de praxe da Assembléia, o presidente acolheu nossa solicitação e daqui a pouco vamos ter, ocupando a tribuna desta Casa, o presidente do Sinclapol, Luiz B. e também, a senhora Maria da Conceição de Souza, que é dona de casa, casada com um policial militar. Que está aqui hoje defendendo o direito, não só o seu mas o direito à sobrevivência de sua família.

Aprendi lá no interior um ditado que é muito usado hoje em dia, que uma família se une num momento de dor ou no momento de festa, de alegria.

Confesso a vocês que fico alegre de observar a união hoje, das duas polícias, num momento de profunda dor, mas há a união das duas polícias que reivindicam não só a melhoria salarial, mas a melhoria também na qualidade do trabalho a ser prestado à sociedade.

Em especial à polícia civil, senhor presidente quero fazer aqui um adendo, pois fiz alguns levantamentos recentemente e, quero colocar para o Plenário, porque está ligado diretamente no aumento da violência, com a diminuição do efetivo. Impressionante, os números, as ciências exatas nos mostram o seguinte: dois mais dois vai dar sempre quatro.

É impressionante, nós temos aqui a diminuição nós últimos 10 anos, do efetivo da polícia civil. É impressionante.

O efetivo representa o número de 30 anos atrás. Então nós não tivemos, há 10 anos, na Polícia Civil, em torno de 1.200 viaturas, e atualmente, passados 10 anos, nós temos 700 viaturas totalmente sucateadas, 430 viaturas totalmente dessas que custam em torno de 3 mil reais aos sofrés públicos e que é amplamente divulgado, pelo próprio sindicato.

Então, gostaria nessa tarde, ao mesmo tempo em que nós estamos sabendo que o presidente da Sinclapol veio hoje nesta Assembléia, nesta tribuna, dizer aqui que tem um contato, tem uma Mensagem de Planos e Cargos do Governo do Estado.

Não posso dizer o mesmo às esposas de policiais militares, porque até agora, não houve nenhum aceno ainda para a classe da Polícia Militar.

E eu quero aqui me comprometer e o faço em nome de todos os deputados, sem medo de errar, todos nós, deputados, com certeza absoluta, vamos lutar pelo Plano de Cargos e Salários na Polícia Militar também, porque é inconcebível duas pessoas que façam o mesmo trabalho, de repente, tenham vencimentos diferentes. E essa distorção temos que corrigir, não só na Polícia Mili-

tar, como também na Polícia Civil, com relação ao “tidi-nho”, “tidão”, e também outras coisas que todos nós conhecemos.

Quero nesta tarde, abraçar um de vocês e dizer o seguinte: a Assembléia, na verdade, é a Casa de luta para vocês. Vocês podem contar com qualquer um desses deputados.

Quantas vezes já estive em rodada de negociação entre a Polícia Militar e o governo do Estado, quantas vezes estive em rodada de negociação com a Polícia Civil e o Governo do Estado.

Agora, parece que estão acenando empates para a Polícia Civil, estão acenando com uma promessa que deve aparecer lá para fevereiro ou março. Pelo menos é essa a promessa. Agora, fui cobrado aqui, e ontem já me falaram, já me ligaram: “Ricardo Chab, quem acredita nisso? É a pergunta que fica no ar. Até hoje pela manhã conversando com uma esposa de um policial militar que me procurou, falou: Você acredita Ricardo Chab? “Falei: olha de repente, como não acreditar? Como desacreditar daquilo que não aconteceu ainda?”

Então acho que, de repente, todos nós, aqui, nesta tarde, temos que fazer uma reflexão. Acho que essa demonstração de vocês no Plenário desta Assembléia, é a demonstração que estamos diante de uma grande luta e que você podem contar com cada um de nós nesta Casa.

Pela Ordem, concedo a palavra ao deputado Carlos Simões.

O SR. CARLOS SIMÕES

Deputado Ricardo Chab e ilustre visitantes que lotam a Casa hoje.

Quero aproveitar o momento, meu companheiro deputado e amigo, também comunicador, a presença do assessor do secretário, Walmor Trentini, que levasse esse clamor da Polícia do Paraná ao secretário de Segurança, que está encastelado, que parece que é ele o Papa e Deus! E está aqui o povo que cuida da minha família, da família dele e que ele baixe a vela. Ele também já foi deputado e parece que desaprendeu. Está ficando velho e vai ficando burro, no lugar de ser mais inteligente! Que desça do pedestal o Secretário Tavares, para ver como estão os policiais do meu Paraná! Como estão as famílias dos policiais, os filhos dos policiais. É uma vergonha, até! Me desculpem, senhoras e senhores, falar dessa forma, mas não tem outro jeito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicitaria ao orador que está na tribuna que encerre seu pronunciamento e não conceda aparte, pois Vossa Excelência está usando o Pequeno Expediente só para saudar os visitantes.

O SR. RICARDO CHAB

Agradeço. Gostaria só de concluir aqui o meu pronunciamento e agradecer o aparte do deputado Carlos

Simões e dizer que a última pérola atirada na Segurança Pública, agora para a Polícia Civil, é exigir que um servidor público que tenha um salário de 700 reais, ande de paletó, gravata e cromo alemão.

Vocês estão sendo bem recebidos aqui, e todos nós vamos lutar por vocês. Agora vamos ouvir o Presidente do Sinclapol, a quem convido daqui a pouco para ocupar esta tribuna e vamos ouvir também, com muita atenção, a dona Maria da Conceição de Souza que é relações públicas de esposas de policiais militares.

Muito obrigado a vocês, e uma boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Convido o presidente do Sinclapol para usar a tribuna desta Casa por 15 minutos, prorrogáveis por mais 10 minutos.

O SR. LUIZ (**Presidente do Sinclapol**)

Inicialmente, quero agradecer o convite para ocupar a tribuna da Assembléia Legislativa do Estado, atendendo requerimento do deputado Ricardo Chab, fato que agradeço. E, nesta oportunidade, cumprimento todos os parlamentares que me deram oportunidade de estar aqui presente, também meus companheiros policiais civis, policiais militares e esposas de policiais militares.

No tocante ao encaminhamento das reivindicações da Polícia Civil do Paraná, ao que parece o encaminhamento inicial foi acolhido pelo governo do Estado através do secretário Alcení Guerra. Quero pedir, nesta mesma ocasião, que este ato seja estendido à Polícia Militar do Paraná, com conseqüente benefício para a tropa, também às esposas de Policiais Militares e suas família.

Acredito muito na máxima: “Dividir para governar”. E esta máxima tenho muito em vista em razão deste entendimento, que eu tenho, que não é autofágico. Acredito que se deve lutar pelo policial civil paranaense e pelo policial militar, porque o policial é um só.

Tenho emanado também na luta com a Polícia Militar, inclusive o comandante Darmai, com o sargento que representa a entidade, os sub-tenentes e sargentos. Essa amizade que tenho com a Polícia Militar vem de longa data.

Então aquele que, por ventura, acreditar em, como já conversei com meu amigo coronel Furquim, que uma categoria pode conseguir aumento se esquecendo da outra, está completamente enganado. A hora é de união, pois somente irmanados nós seremos fortes e alcançaremos com certeza o nosso objetivo.

Então peço união em torno de um projeto comum.

Apreendi a não distinguir na minha lide, 33 anos de atividade policial civil e militar, porque elas são complementares, há o mesmo risco de vida, a mesma insalubridade, as mesmas dificuldades. E as duas polícias têm o papel estabelecido no artigo 144 da Constituição do Brasil. É muito importante saber que sem uma entidade a outra não poderia trabalhar. Uma é a polícia que executa o papel de polícia judiciária e a outra de policiamento

preventivo. As duas são fundamentais. Então os senhores pensem sempre que desunidos nada conseguimos. Historicamente é a primeira vez que as duas polícias se unem, porque as pessoas que hoje estão imbuídas nesta luta, embora usa óculos a minha visão não é míope para isso, a minha visão neste sentido é muito distinta. O relacionamento que tenho com a Polícia Militar, tenho certeza que trará frutos para a Polícia Civil do Paraná e para a Polícia Militar também sobremaneira.

E os parlamentares que hoje nos recebem peço que sejam tratados com o maior respeito, porque se eles não nos quisessem aqui, eles não nos teriam convidado. Ninguém convida gente para vim a casa em que a gente é mal vindo. Então a estas pessoas nós temos que agradecer.

Reiterando peço que o governo do Estado também encaminhe as mesmas medidas em relação à Polícia Militar, que são aspectos diferentes dos nossos, mas que a corporação seja ouvida e tenha também, na mesma seqüência, suas reivindicações acolhidas. O que é de vital importância, não somente para as duas corporações, mas para a comunidade paranaense que paga por segurança e exige segurança.

Agora quero fazer um brevíário sobre a Polícia Civil do Paraná para que se conheça, não somente em questões de crítica, mas a nível de conhecimento, aos ilustre parlamentares.

A Polícia Civil do Paraná foi criada em 1853 por Zacarias e Góes de Vasconcelos, que desvinculou a figura do Juiz de Direito e do Delegado. Desde então essa Polícia, junto com a Polícia Militar, presta o papel estabelecido, como já disse, no artigo 144 da Constituição do Brasil.

Um detalhe muito grave, hoje, que os senhores parlamentares têm que saber para defender a teoria, é a ausência da Polícia Judiciária em 217 municípios dos 399 municípios paranaenses. O que significa isso? Isso significa a impunidade em 217 municípios, que correspondem a dois terços do Paraná, porque não há Polícia Civil para que seja aplicada, por conseqüência, em razão do trabalho policial, a Lei Penal. Todo o elemento que cometeu um crime nessas localidades, por razões óbvias, fica impune, não há flagrante, não a prisão temporária; isso ainda existe.

Então, hoje, no Paraná, nesse aspecto, inquestionavelmente, gera impunidade.

O efetivo da Polícia Civil precisa ser dobrado, tem excedentes de concurso que precisam ser chamados. Hoje, os menos de quatro mil homens da Polícia Civil do Paraná teriam que ser dobrados. O efetivo, segundo o departamento da Polícia Civil, teria que ser de doze mil homens. Essa é a nossa realidade. Não tem Polícia Civil no Paraná e eu sei que a Polícia Militar também tem as suas deficiências.

Hoje, temos cinco mil presos recolhidos nas delegacias de Polícia que é um número muito maior do que os presos recolhidos no sistema prisional do Estado. Esses presos estão ilegalmente nas delegacias e, como os

senhores têm conhecimento, o preso fica na delegacia por ocasião da lavratura do flagrante e no período da prisão temporária. Esses presos padecem de males graves entram em óbito. E esses óbitos não entram na estatística de crimes, entram na estatística de morte natural, é o que passa despercebido. O tratamento é desumano para o preso e o tratamento é desumano para o Policial Civil que deixa de exercer a atividade precípua, que é a de investigação, para ser agente penitenciário, o que é uma falha e eu peço essa atenção.

A necessidade de viaturas para a Polícia Civil, hoje, são duas mil viaturas. Na Polícia Civil não há mais serviços de limpeza, as empresas que prestavam serviços foram dispensadas.

Eu peço espaço para concluir, dentro do tempo que me foi concedido, porque a próxima pessoa que irá falar é o representante da Polícia Militar e terá que ter o mesmo respeito da parte dos Policiais Cíveis que aqui estão, isso é questão de coerência. Por gentileza!

O policial civil, hoje, está submetido a uma carga horária que extrapola as necessidades da categoria, e o policial civil em razão disso sofre um desgaste enorme, e isso tem que ser corrigido com a nomeação.

Finalizando, para não me alongar, vou abordar o assunto que mais interessa à categoria, que eu peço que seja ouvido como eu vou ouvir a Polícia Militar também. Está tramitando nesta Casa a Lei Orgânica da Polícia Civil que virá para esta Casa com previsão para ingressar na Lei de Diretrizes Orçamentárias na segunda-feira que vem. Essa é a maneira única que o governo do Estado tem para incluir para o ano que vem a despesa necessária, porque para toda despesa existe uma dotação, e essa previsão orçamentária tem que ser aprovada por esta Casa, pelos deputados aqui presentes.

Quero dizer que a categoria irá lutar pelas reivindicações da Polícia Civil, irmanada com a Polícia Militar, mesmo que um grupo minoritário procure não entender, procure separar, de modo equivocado, a Polícia Civil do movimento da Polícia Militar. Quem assim procede, como eu disse, está facilitando para o governo do Estado dentro daquela máxima, dividindo é mais fácil governar. E os senhores lembram que na última vez que houve divisão das duas Polícias, as duas foram chutadas e ninguém ganhou nada? Então, não caiam nesse erro novamente.

Então, apelo aos senhores parlamentares que vejam com carinho a reivindicação da Polícia Civil do Paraná, que acolham, porque a única maneira de ter uma Polícia Civil eficiente é uma polícia bem remunerada e com dignidade.

E também na minha parte, para concluir, mostrando grandeza para determinadas pessoas que não têm essa compreensão, que não deviam fazer parte até desse movimento por falta de amadurecimento, que também estou pedindo pela Polícia Militar, e que vou continuar atuando junto com a AMAI, com a representação dos sargentos, porque sei que essas pessoas, esses pequenos gru-

pos não representam as duas corporações, dentro da dignidade que elas têm e daquilo que deve ser acolhido.

Então, concluindo, peço encaminhamento e o testemunho dos Parlamentares para que a reivindicação da Polícia Civil seja acolhida e depois a da Polícia Militar. E se o governo do Estado não acolher, lutaremos unidos com a Polícia Militar para que as duas instituições tenham acolhimento às suas reivindicações. E peço que essa mentalidade tacanha de um grupo minoritário seja deixado de lado, e que pensem da grandeza da categoria.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela Ordem, deputado Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, antes que o representante do sindicato dos policiais civis se retire desta tribuna, gostaria que me esclarecesse uma questão que acho que preocupa a vários deputados aqui na Assembléia, e na sua explanação acho que talvez tenha passado despercebido.

No mês de outubro do ano passado, os jornais, a imprensa, noticiaram que o governo do Estado do Paraná discutiu com os policiais civis que, naquele momento, naquele mês estavam fazendo uma paralização. E naquela mesma oportunidade, algumas assembleias de policiais militares aconteceram, colocando para o governo do Estado o problema relativo aos salários dos policiais militares e também dos policiais civis. A notícia que se tem, pela imprensa, é de que o governador, o governo do Estado, tanto com a Polícia Civil, quanto com a Polícia Militar, teria acertado que no mês de fevereiro, agora neste mês, teria um reajuste de salários para os servidores públicos na área militar e na área civil. Lembro isso e acho que a população de Curitiba inteira, aqui, lembra, porque foi amplamente noticiado pela imprensa.

Gostaria de saber, porque, o que vi no jornal hoje, que o governo do Estado está fazendo um acordo com a Polícia Civil e, segundo Ricardo Chab, me parece que é para fevereiro do ano que vem. Gostaria que o presidente do Sindicato me dissesse e dissesse para a Assembléia se o governo do Estado está apontando concretamente algum reajuste de trabalho para os servidores da Polícia Civil e para a tropa da Polícia Militar, entrou nesse aspecto da discussão?

O SR. LUIZ

Quero responder ao ilustre parlamentar, peço atenção para poder responder, senão não vou poder responder. Olhem, pessoal, vocês estão trabalhando contra vocês mesmos não permitindo ser ouvidos em Plenário, vocês estão agindo contra vocês mesmos.

É o seguinte, senhor presidente. Realmente o governo do Estado se comprometeu a atender, no ano passado, as polícias civil e militar, cada uma dentro das suas características. E o governo do Estado do Paraná, em razão deste comprometimento, prometeu que até feve-

reio deste ano, atenderia as duas instituições. O documento que foi fornecido, neste momento, realmente tem comprometimento, em relação ao governador Jaime Lerner, com a instituição policial civil, quanto a atender o plano de cargos e salários da instituição. Mas, estamos pedindo, nesta data, que também seja colocado em discussão, que o governo encaminhe o pleito da Polícia Militar do Paraná, porque temos consciência da necessidade das duas instituições, em razão desta reivindicação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Agradeço a sua presença. Queremos colocar, sempre, esta Casa à disposição do Sindicato presidido por Vossa Senhoria, para que possamos discutir, sempre que possível, os problemas da classe.

Muito obrigado pela presença.

O SR. LUIZ

Senhor presidente, sinto-me honrado pelo convite e pela oportunidade que me foram dados.

Agradeço a esta Casa e, como disse, confio nos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Antes de conceder Questão de Ordem ao deputado Takayama, vamos fazer o convite para a senhora Maria da Conceição de Souza, relações públicas das esposas dos policiais militares do Paraná, para ocupar a tribuna desta Casa.

Com a palavra, Pela Ordem, ao deputado Hidekazu Takayama.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Senhor presidente, o presidente que compõe a comissão de cinco entidades da polícia, que é o senhor Antônio Carvalho - acredito que o douto Plenário teria condições de oferecer também a ele uma oportunidade, porque estou vendo aqui, um protocolo de intenções entre o governo e a polícia e que já foi feito.

E o presidente, Antônio Carvalho, gostaria de ter o direito de pelo menos usar por cinco ou três minutos o espaço, dentro do horário da senhora que estará ocupando a tribuna agora, para ele ler, trazer um manifesto do acordo que foi feito entre o Estado e a Polícia Civil. Creio que isto contempla as reivindicações dos companheiros que estão aqui na Casa.

Gostaria de consultar à presidência e os nobres pares, sobre a possibilidade daquele que preside cinco comissões, o senhor Antônio Carvalho, de também usar a tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Dentro da atitude democrático desta Casa, solicitamos que Vossa Excelência requeira por escrito, e numa próxima sessão concederemos o espaço àquela pessoa que o senhor quer indicar para usar a tribuna. Na sessão

de hoje estão inscritos somente o senhor Luiz e a dona Maria da Conceição de Souza.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Senhor presidente, mais uma vez, só para consulta: se esta senhora ceder uma parte dentro do seu horário ao senhor Antônio, gostaria de consultar a Mesa da possibilidade do senhor Antônio Carvalho, usar da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Informo a Vossa Excelência que ela não pode ceder o tempo dela. Ela vai usar o tempo necessário: quinze minutos, com dez minutos de prorrogação. Vossa Excelência pode solicitar, por escrito, à Mesa desta Casa, a inscrição para o próximo dia do senhor Antônio.

Com a palavra, dona Maria da Conceição de Souza.

A SRA. MARIA DA CONCEIÇÃO DE SOUZA

Gostaria de agradecer ao presidente da Casa, doutor Hermas Brandão, por esta oportunidade e agradecer a todos os deputados que nos deram oportunidade de podermos colocar a vocês a situação em que a Polícia Militar vive hoje.

Gostaria de ler um manifesto:

(Lê):

“Excelentíssimos senhores deputados estaduais do Estado do Paraná,

Seria muito bom se pudéssemos estar aqui, na augusta Assembléia Legislativa do Estado, para anunciar e agradecer as conquistas da classe policial, alcançadas no período do governo Jaime Lerner.

Entretanto, o movimento instalado pela família miliciana, já no início do ano de 2.000, e que tem por dever e finalidade chamar atenção e sensibilizar o governo para as “causas da insatisfação e intranquilidade da classe policial militar” reunidas no “memorial” encaminhado a todas as autoridades pertinentes, à imprensa e à sociedade em geral, patrocinado pelo Fórum das Entidades que reúnem policiais militares, pensionistas e familiares, aqui comparece para manifestar o seu sentimento de indignação para com a forma como o governo vem tratando as reivindicações da classe.

Através de extraordinário processo de mobilização e participação das entidades e sensibilização das autoridades governamentais e membros desta Casa, foi possível resgatar alguns pontos do extenso rol de medidas administrativas praticadas no segundo governo Lerner e que prejudicavam os militares estaduais.

Assim, foi revitalizado o seguro de acidentes pessoais coletivos aos policiais em serviço; os promovidos passaram a receber de acordo com o novo posto ou graduação; os processos de inativação voltaram a ser regidos pela legislação peculiar da Corporação, em obediência ao Artigo 113, da Lei nº 12.398/98, dentre outros de menor importância.

No entanto, várias causas de insatisfação e intranquilidade da classe policial militar continuam não recebendo a devida atenção pelo governo estadual, senão vejamos:

- Os policiais militares paranaenses continuam sujeitos a estafantes escalas de serviço, em afrontamento a preceitos constitucionais, com comprometimento da saúde, do lazer e do convívio familiar;

- não se cogita em instituir nas unidades operacionais, mecanismos de assistência psicológica aos policiais e bombeiros militares submetidos a tarefas estressantes;

- a assistência médico-hospitalar dos militares estaduais e familiares, cada vez mais comprometida, não tem resposta convincente do governo;

- as pensões das viúvas continuam a ser concedidas em percentuais bem menores que os 100% estabelecidos na C.F.

- nada se fala a respeito de reposição das perdas salariais decorrentes da inflação, que já devem ter superado a casa dos 50%, desde o início do Plano Real;

- e, a mais importante de todas as causas de intranquilidade e insatisfação dos militares estaduais. A promessa eleitoral de 1998, ainda não cumprida, de se estender a todos os policiais e bombeiros militares paranaenses, os percentuais da Gratificação Policial Militar Especial estabelecidas pelas Leis nºs 9.408 e 9.410 de 1990, seguidamente reduzidas por governos anteriores e restituídos por decisão judicial transitada em julgado, em 1997, a um grupo de 591 militares.

Tal promessa transformou-se em compromisso firmado pelo próprio governador Jaime Lerner e registrado em documento assinado pelo secretário de Segurança José Tavares, em outubro de 2.000, com o aval de cinco outros secretários de Estado. E o compromisso firmado era de definir, no mês de fevereiro de 2001, a forma de concessão do benefício. Já estamos em abril, e nada acontece.

Esses tão sonhados percentuais da gratificação especial beneficiariam milhares de soldados, cabos, sargentos e tenentes, justamente aqueles que, diuturnamente, mais arriscam a própria vida na perigosa tarefa de proporcionar segurança à comunidade paranaense e que mais precisam ter resgatada sua tranquilidade e satisfação, para melhor poderem realizar o seu trabalho em prol da sociedade.

Excelentíssimos senhores parlamentares paranaenses, os policiais militares, suas esposas e viúvas aqui comparecem movidos pelo desespero e pelo sentimento de indignação que os acometem. Os militares sofrem toda a sorte de restrição. Não podem se sindicalizar, não podem fazer greve, não podem isso e aquilo. Seus pleitos, carreados pelos caminhos burocráticos, não têm a consideração necessária e, quando as respostas são negativas, nada lhes resta à luz dos regulamentos. Que fazer? Enveredar por caminhos ilegais ou violentos? Não queremos isso, e a sociedade paranaense não merece. Mas, a continuar assim, o que nos resta?

Por isso, rogamos aos ilustres deputados paranaenses,: abracem nossa causa! Fiéis aos compromissos com o povo paranaense, inúmeras vezes já demonstrados, ajudem-nos, levando o nosso pleito ao senhor governador Jaime Lerner e seu secretariado, sensibilizando-os quanto à gravidade da situação e quanto à necessidade de se dar uma resposta condizente aos anseios dos integrantes da gloriosa Polícia Militar do Paraná, para que eles possam, tranquilos e satisfeitos, efetivamente, garantir ao nosso povo o melhor grau de segurança pública do País”.

Gostaria, neste momento, de agradecer pela segunda vez a oportunidade que é dada às esposas dos Policiais do Paraná.

Nós estivemos aqui em setembro, onde colocamos também a nossa insatisfação e o nosso desespero.

Alguns dos senhores deputados se colocaram à nossa disposição e nós queremos nos agarrar a esta força, que estão nos dando. Gostaria de dizer a vocês que estamos cansados, estamos no limite x da nossa paciência.

De abril até agora fizemos inúmeras reuniões com secretariados e procuradores do governo. Tivemos inúmeras promessas, nenhuma delas foi cumprida.

No dia 26 de outubro viemos até o Palácio onde tivemos uma reunião muito longa e no final desta reunião, faltava 48 horas para as eleições, na presença de vários secretários e procuradores do Estado, o governador Jaime Lerner falava com o sargento Elídio que o sub-presidente dos sub-tenentes e sargentos, no qual ele assumiu compromisso conosco e que a palavra do secretariado, seria a palavra dele.

E até 25 de novembro nós teríamos o nosso projeto de lei nesta Casa, com compromisso do deputado Nelson Justus na época era presidente da Casa, firmando um compromisso conosco que em uma sessão nós teríamos o nosso projeto de lei assinado e que em fevereiro estaríamos recebendo o que tanto anseia a classe de policial militar, que é o resgate da dignidade através da gratificação prêmio especial.

Bem, fevereiro passou e isto não aconteceu.

Estamos cansados de viver das migalhas do governo, estamos cansados dessas migalhas, estamos cansados de viver seis anos da mesma maneira injusta que o governo trata o policial militar e também a nossa companheira, a nossa co-irmã a Polícia Civil. Estamos cansados de viver numa insegurança, estamos cansados de ver os nossos maridos sair, prestar segurança à nossa sociedade paranaense, quando nós não temos segurança em casa porque não temos o suficiente para dar à nossa família. Nós esposas é que sofremos as maiores dificuldades, 40% das esposas têm que trabalhar para ajudar no sustento da casa; nós esposas dos policiais militares não temos tempo para ser mãe; somos mãe apenas três ou quatro horas por dia, porque quando chegamos do trabalho, nossos filhos já estão dormindo. Eu não tive tempo de ser mãe, sou feliz por ser avó, mas também não tenho tempo para os meus netos porque com 51 anos de idade

ainda tenho que sair trabalhar para ter um melhor amanhã.

Senhores deputados, eu gostaria que vocês olhassem, do fundo do seu coração, e que dessem somente um minuto do tempo de vocês, e que percebessem que existe em nós um desespero. Nós precisamos que cada um de vocês tome a nossa bandeira, levem essa bandeira conosco, por favor, vão até o governo do Estado pedir para que olhe por nós.

Nós não queremos tomar uma iniciativa que vai desagradar a nossa sociedade. Eu visitei todas as unidades do Paraná, a Polícia Militar está em desespero, o barril de pólvora está pronto para explodir.

O governo do Estado afirmou por várias vezes que a Polícia Militar do Paraná é a melhor Polícia do Brasil. Nós somos a polícia mais barata do País, e damos a melhor segurança.

Polícia Militar e Polícia Civil estão cansados de dar segurança quando não se tem segurança.

Por favor mais uma vez olhem por nós, pois não temos pai, porque o governo do estado é o nosso padastro. Estamos esperando que o governo nos dê um sinal verde, mas se ele não nos der, nós estamos prontos para tomar uma atitude.

Para que isso não aconteça, a sociedade paranaense, o povo do Paraná, não tem culpa de ter o governo que tem.

Encerrando esse tempo que me foi concedido, gostaria de, mais uma vez, agradecer ao presidente da Casa e agradecer a todos os senhores deputados.

Nós estamos confiando em vocês.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Suspendo a Sessão por cinco minutos.

(A sessão é suspensa por cinco minutos)

Reiniciamos os trabalhos.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao deputado Algaci Tulio. O tempo era reservado para o deputado Irineu Colombo, que gentilmente cedeu ao deputado Algaci Tulio.

Essa presidência vai solicitar aos senhores deputados, que cumpram o tempo regimental. Diversos deputados querem se manifestar.

O SR. RICARDO CHAB

Questão de Ordem, senhor presidente?

(Assentimento)

Eu, em particular, não conheço o acordo firmado entre o governo e a Polícia Civil, no dia de ontem. Não vi o documento, não sei o teor. Mas gostaria de fazer um apelo à liderança do governo do Estado, nesse momento, depois de ouvir atentamente a dona Maria da Conceição de Souza, que falou com o coração, de quem está sentindo o drama - conversando com os deputados, durante essa breve interrupção que tivemos -, para que o governo do Estado, no momento em que vier para essa Casa a

mensagem do projeto de cargos e salários da Polícia Civil, que faça também da Polícia Militar, mandando das duas polícias, para que possamos reparar esses erros, ao longo desses anos todos. Há a promessa do governo, de muito tempo - acho que eles foram muito brandos, quando falaram apenas um ano, Há mais de um ano existe uma promessa. Acho que deveríamos apelar para o líder do governo, nessa tarde, para que ele encaminhe uma solicitação, nossa, da Assembléia Legislativa, para que venham para esta Casa as duas mensagens, da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Obrigado presidente.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra ao deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, categoria da Polícia Civil, da Polícia Militar, especialmente aqueles que se deslocaram do interior do Paraná, com muito sacrifício e que vieram a esta Casa mostrar a indignação, a revolta e a impaciência que tomou conta de cada um deles, pelas promessas oferecidas e que, lamentavelmente, não foram cumpridas.

Começo, senhor presidente, dizendo exatamente isso, porque ninguém mais do que eu foi testemunha ocular de várias reuniões, de vários acordos e de vários entendimentos que, lamentavelmente, não foram cumpridos.

(Aplausos)

No dia 04 de abril de 1997, o secretário da Fazenda, na época, Giovani Gionédís, assumiu o compromisso por escrito, com as entidades policiais civis e militares de que o governo mandaria à Assembléia, um plano de cargos e salários da Polícia Civil. mandaria para a Assembléia toda aquela reivindicação, que foi colocada através de documento, pela Polícia Militar. Lembro, inclusive, véspera de campanha de reeleição do governador, no Clube Oficial, quando lá estivemos, foi referendado esse compromisso. Lamentavelmente, esse compromisso não foi cumprido e foi jogado na lata de lixo.

(Aplausos)

Lembro, depois, senhor presidente, no ano passado, em meio às eleições municipais, eu e o deputado Ricardo Chab ficamos, no linguajar popular, de "saia justa", porque havia greve da Polícia Civil, havia a possibilidade de a Polícia Militar também paralisar as suas atividades. Nesse meio tempo os policiais não tinham interlocutores; eu e o deputado Ricardo Chab nos apresentamos para sermos intermediários, em nome desta Casa, junto ao governo do Estado. Foram feitas várias reuniões, foram feitos vários documentos, e eu lembro de um deles aqui, do dia 27 de outubro de 2000, antes da eleição do 2º turno e foi referendado, mais vez, assinado pelo chefe da Casa Civil, Alcení Guerra, assinado pelo

secretário da Segurança, José Tavares, assinado pelas categorias da Polícia Civil, e, lamentavelmente, senhor presidente, mais uma vez também, foi jogado na lata do lixo.

Não venho a essa tribuna, não estou na tribuna para fazer um discurso demagógico e fazer média com a categoria, estou falando a pura realidade, porque eu também, indignado como eles estou porque fomos usados, naquele momento e ficamos numa situação muito difícil, perante à classe da Polícia Civil. Especialmente eu e o deputado Ricardo Chab, homens de comunicação, homens que cobram uma ação efetiva da Polícia mas, ao mesmo tempo, cobram do governo, a contrapartida disso e, lamentavelmente, nada aconteceu!

Ontem, senhor presidente, na eminência, na ante-véspera, de mais um movimento grevista, às pressas, levam às categorias, aos sindicalistas da Polícia Civil, escrivões, Sinclapol, União da Polícia Civil e a Polícia Militar, para o Palácio do Governo. E, às pressas, porque haveria uma assembléia na sociedade Vasco da Gama, às 14 horas, o que é que aconteceu? Mandaram, rapidamente, mais um compromisso que é assinado aqui pelo secretário da Casa Civil, Alcení Guerra, se comprometendo mandar para esta Casa até o dia 16 de abril um plano de cargos e salários.

Senhor presidente, este povo não aguenta mais! A intranquilidade que se verificou aqui, no momento que falava o Bordenoski, no momento que falava o deputado Ricardo Chab, no momento que falava aqui a dona Conceição, é o retrato da intranquilidade dessa gente! E se essa gente está intranquila, qual é a tranquilidade que este policial vai ter para transformar em segurança para a população do Paraná? Isso senhor presidente, tem que ser levado em conta, nesse momento! A indignação, a revolta, o não crer mais na promessas, em véspera de greve!

É preciso, deputado Durval Amaral, eu sei bem que sua missão é difícil, eu já fui líder do governo, nesta Casa, mas não dá para protelar mais, ou se atende, ou a categoria, pelo grito de guerra dado hoje aqui, em homenagem ao chefe da Casa Civil, é o grito da greve! Nós esperamos ainda que o governo, por favor, atenda e veja, não é possível que tenhamos que vir a presenciar, aqui, nesta tribuna, uma mãe, uma avó ter que chorar aqui nessa Casa, pedir clemência ao governo do Estado, para que atenda as reivindicações da categoria da Polícia Militar e da Polícia Civil. Até quando vai continuar isso, senhor presidente? Até quando, senhores deputados?

Quero dizer, senhores deputados, a minha vida foi pautada dentro de uma Delegacia de Polícia, eu só não fui Polícia; fui o homem crítico da Polícia, mas soube dar, no momento exato, a contrapartida para a Polícia.

É por isso que venho aqui neste momento dizer que estou relatando o projeto de lei, mensagem do governo que trata do estatuto da Polícia Civil que, à primeira vista, realmente parece que é uma camisa de força para os policiais, evidentemente que para os maus polici-

ais, mas, como é que se pode exigir, nesse momento que o policial seja tão disciplinado ao ponto de não poder mais usar o tênis, ao ponto de não poder mais usar a calça jeans, ao ponto de o delegado ter que usar paletó e gravata? Com que condições senhores deputados, com que condições vai poder se vestir, se não pode nem deixar aquilo que é para o alimento básico na sua casa?

Infeliz foi o secretário de Segurança Pública. No momento em que a classe está se organizando para um movimento de greve, chegar a exigir que agora vai ter o policial que andar condignamente vestido. É preferível que o policial ande de jeans, camisa de manga arregaçada, mas com dignidade do seu salário e com a tranquilidade de ter deixado a sua família em condições de segurança na sua casa.

Por isso, quero dizer, senhor presidente, estamos até certo ponto já quase um mês, com este estatuto da Polícia Civil. Quero dizer a todos, e apelo aos senhores parlamentares, e os parlamentares têm nos apoiado, quero deixar bem claro para as categorias aqui em cima, que a Assembléia Legislativa, independente de Bancada Governista, independente de facção partidária, todos estão preocupados com o novo estatuto da Polícia Civil. Podem ter certeza que desta Casa não vai sair um substitutivo ou um projeto de lei, um trabalho que não seja do interesse de todo mundo, não de interesse corporativista mas acima de tudo do interesse de justiça e evidentemente de condições para o policial civil nesta Casa;

Então, quero dizer também, senhor presidente, que eu me lembro muito bem o que nós dissemos, e são testemunhas aqui o coronel Furquim, o homem da reserva, são testemunhas companheiros da União da Polícia Civil, dos escrivães, das reuniões feitas no Palácio do Governo. Não se encaminharia à Assembléia nenhum projeto para atender à Polícia Civil sem vir junto o projeto para atender a Polícia Militar, ou vem os dois ou não vem nada.

Isto foi um compromisso, e compromisso firmado inclusive aqui nesta Casa. Então, quero neste momento dizer para que não fique apenas e para que não vá para a gaveta ou para a lata do lixo, estou colocando na mesa, neste momento, senhor presidente, e tenho certeza com o aval de todos os parlamentares, que fique registrado nos Anais da Casa, nesta terça-feira, a proposta ou o protocolo de intenções que foi firmado ontem entre o governo do Estado, na pessoa do seu chefe da Casa Civil, com as classes policiais civis, para que amanhã esta Casa, aqui por unanimidade, seja testemunha do cumprimento ou não, se cumpriu vamos aplaudir, se não cumpriu esta Casa tem obrigação de cobrar do senhor governador, a proposta do encaminhamento para cá, até o dia 16 de abril, esta proposta de cargos e salários.

Senhor presidente, encerro a minha participação dizendo que mais uma vez não vim aqui fazer discurso demagógico, e nem discurso para agradar, que nem sempre o político agrada, agrada um e não agrada outros, mas vim aqui para dizer a verdade, senhor presidente, a indignação, a revolta, a impaciência desta gente chegou no

limite, e daqui para a frente, se na verdade não houver uma sensibilidade por parte do governo de atender dentro da possibilidade, senão e pelo menos acenar, acenar para alguma possibilidade de atendimento, eu estou prevendo lamentavelmente dias difíceis na área da segurança para a população do Paraná.

E esta gente não merece, esta gente tem uma história, já vi aqui e pude rever grandes companheiros, de 20 a 30 anos de plantão de Delegacia, gente de cabelos brancos e gente sem cabelo já, está aqui esperando, aguardando, que possa até quem sabe ter aposentadoria digna e deixar uma tranquilidade para os seus filhos.

E é isto que esta Casa, com certeza não vai se furtar, e tenho certeza que a Bancada do Governo, a Bancada da Oposição, se unem neste momento, em prol da defesa da nossa segurança, e é preciso que o secretário da Segurança tenha mais sensibilidade, que não fique a exigir vestimenta para o policial, mas que brigue pelo investimento para o policial, o investimento para a área de segurança, o investimento para o setor urbano da polícia civil.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Grande Expediente, deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, representantes do segmento da segurança, que hoje se faz presente nesta Casa.

Ouvimos na primeira parte da exposição dos representantes da segurança, o líder sindical clamando pela unidade. Ouvimos depois, uma senhora, uma mãe, uma avó derramar sim, lágrimas, quando relatava a situação da família, do policial, do pai, do herói. Como diz aquela faixa:

“Meu pai é um PM, é meu herói; não é um bandido, é o meu anjo-da-guarda”.

Nós observamos que muito pouco exemplo tem esta Casa, de ter reunido um grupo tão grande, nas galerias e com tanta determinação por aquilo que luta. E por quê? É em função dos baixos salários que estão há 6 anos, é em função da péssima qualidade e recursos que hoje tem a polícia do Paraná, tanto a Civil quanto a Polícia Militar para exercer o seu mandamento.

Isso está em quê?

Em falta de recursos. Está por não ter recursos esse governo.

Não tem, por quê?

Pela má aplicação, pelo esbanjamento, por não ter sido regrado na hora de gastar os recursos do povo do Paraná.

Quando nós observamos que em muitas e muitas vezes utilizamos desta tribuna, eu e companheiros da Oposição para denunciar o desmando dos aluguéis de

carros, os demandas antecipados do IML's do Paraná. A falta de estrutura, a falta de meios.

Mas, por quê?

Aonde foram os recursos do Paraná?

Foram na corrupção do Banestado, nos Jogos Mundiais da Natureza e, hoje, o Paraná paga a conta! Hoje, a população do Estado paga a conta, na saúde, na segurança e na educação especialmente!

Por quê?

Porque teve um governo que não foi sério, porque teve um governo que muitos daqueles, que em 94 e 98 deram o voto como sinônimo de confiança, hoje se envergonham de dizer que votaram no governador Jaime Lerner.

Mas aqui quero dizer que não foram só os militares, porque as reuniões de véspera de eleição, aqui confirmado, foi para dar apoio e para enganar os senhores que hoje acompanharam o setor de segurança no Paraná.

Véspera de eleição, quando se tem que ganhar não se usa os meios sem critérios e sem ética. Tentou engodar a sociedade paranaense e um dos setores foi a Polícia Militar e a Polícia Civil.

Hoje, todos nós pagamos o preço e, nós somos responsáveis pelo governo que está no Palácio Iguazu, a Polícia Militar e a Polícia Civil e o povo do Paraná, porque lá ele não arrombou porta, lá ele entrou com o voto dos paranaenses.

É um momento para reflexão, é um momento para pensarmos em como deveremos fazer as nossas escolhas, porque cada uma das escolhas do processo democrático tem um preço. Hoje, nós todos pagamos um preço. Paga a polícia, paga o setor de segurança, sem salários, sem recursos e sem meios, paga a sociedade que não tem segurança. Paga a sociedade que hoje vive uma situação de suspense, correndo o risco pela própria vida.

Por isso, Paraná, por isso vi o deputado Algaci Tulio, homem que sempre esteve nas fileiras do governo mas que sempre respeitei pela sua dedicação e trabalho, hoje ele fez a “*mea culpa*”, mas falta mais do que fazer a “*mea culpa*”, porque se continuarmos dando apoio ao governo que aí está, cada vez mais o Paraná vai se afundando, cada vez mais vai deixando de ser aquele Estado aonde um dia prosperou o desenvolvimento para se transformar numa padaria totalmente desolada, sem governo, sem ter como apoiar a população do nosso Estado!

É por isso que nós hoje, mais do que simplesmente fazer uma manifestação, temos que fazer um exame de consciência para ver o nosso comportamento e aí então, procurarmos os caminhos que deveremos levar o Paraná ao desenvolvimento, à seriedade, ao respeito ao dinheiro público.

Por falar em respeito público e para que possamos completar, senhor presidente, está na Casa, um ofício do senhor governador solicitando autorização para que ele possa rodar o mundo como ele tem feito nesses seis anos, mas tem deixado o Paraná à mingua

na saúde, na educação e na segurança e vocês são prova disso!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao deputado Ricardo Maia, do PSDB.

O SR. RICARDO MAIA

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas e amigos que nos visitam.

A angústia e o drama por que hoje passam os companheiros das Polícias Civil e Militar, bem como seus familiares, também é nosso. Quando assumi nesta Casa, desde o primeiro dia temos brigado com o governo do Estado nas reivindicações dos PM's e dos policiais civis. Brigamos para que o governo contratasse e convocasse os concursados na Polícia Civil. Estivemos em todas as manifestações possíveis. Na última, que foi na minha cidade, Maringá, acompanhamos o ginásio de esportes lotado, com aproximadamente sete ou oito mil companheiros da Polícia Militar, bem como seus familiares.

Hoje vemos o governo do Estado, governo esse que fazemos a base de sustentação, mas mesmo fazendo parte da base do governo, discordamos de muitas coisas. Por exemplo, na área da saúde, na área da educação, onde já protestamos e na área da segurança, onde apresentamos um projeto de lei que acaba com a locação de veículos pelos Poder Executivo do Estado do Paraná.

Hoje, numa Delegacia de Polícia, onde um veículo locado custa aproximadamente três, quatro vezes o salário de um policial civil, hoje na Polícia Militar um veículo custa três, quatro vezes o salário médio de um sargento ou de um cabo.

Tenho feito estas reivindicações ao governo para que o governador, que é um companheiro que o apoiamos nas suas eleições, para que ele possa direcionar o governo para três pontos básicos do Estado do Paraná: a educação, onde os professores estão descontentes, onde há divergência grande com a secretária da Educação - que amanhã estará nesta Casa - na área da saúde e na área da segurança pública,

Estou falando, não para agradar os senhores que vêm aqui, porque que é da minha região de Maringá sabe que sempre acompanhei e sempre vou acompanhar. E mais uma coisa que precisamos trabalhar fortemente, é a descompensação salarial. Quanto ganha um delegado de Polícia? Quanto ganha um policial civil, um investigador ou um escrivão, é uma diferença grande! Quando ganha também o último posto de coronel e quanto ganha um iniciante na Polícia Militar? É uma diferença grande que temos que trabalhar.

Não podemos esquecer do fundo de saúde que o governo do Estado tem, está encaminhando para esta Casa, para que possamos ali ver o que será melhor para os nossos companheiros da Polícia Militar e da Polícia

Civil e de todos os servidores públicos do Estado do Paraná.

Quero aqui reafirmar o meu compromisso com os senhores, de continuar nessa luta, juntamente com os companheiros deputados, com o presidente desta Casa, deputado Hermas Brandão, que hoje tem um papel fundamental no nosso Estado do Paraná. O senhor é uma pessoa sensível às reivindicações da comunidade do Estado do Paraná, por ter sido prefeito, por ter sido secretário de Estado e deputado várias vezes, sob a liderança do deputado Hermas Brandão como presidente desta Casa, com os companheiros da Oposição e com os companheiros da Base do Governo.

Este compromisso temos que assumir, esses três pontos importantes para o Estado do Paraná. A segurança é importante, porque nunca poderemos exigir segurança pública se os companheiros da Polícia Militar, os companheiros da Polícia Civil, em seu horário de folga estão fazendo bico em suas cidades para que possam engordar o seu orçamento familiar.

É imprescindível o apoio hoje, neste momento difícil que passa o nosso País.

Encerro dizendo: o governo federal, com todo o barulho que ele fez naquele Plano Nacional de Segurança Pública está liberando para todo o nosso País, cem milhões de reais. Só o rombo da Sudam, publicado por toda a imprensa, é, aproximadamente, um bilhão e setecentos milhões de reais.

Então vocês vejam a diferença do tratamento que os nossos governos têm feito. Citamos esse papel do governo federal: um bilhão e setecentos milhões o rombo da Sudam e, simplesmente cem milhões para toda a segurança pública do Estado do Paraná.

Reafirmo o meu compromisso com vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Horário da Liderança do PST, concedo a palavra ao deputado Hidekazu Takayama.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Senhor presidente, senhores deputados, convidados presentes.

Estou usando o Horário do PST porque sei que quem me colocou aqui, muitos deles estão aqui nessas galerias e tenho compromisso com aqueles que me elegeram para representá-los com dignidade.

Esse é o momento que entendemos ser extremamente difícil. E entre o discurso da demagogia e o discurso do bom senso, do equilíbrio, fico com o discurso e com o depoimento do bom senso. Entendemos que a reivindicação da Polícia Militar é extremamente justa. Sou daqueles que está, nesta Casa, para defender a nossa polícia. Tanto é que uma das emendas que foi feita aqui para pedir a aposentadoria especial, um tempo menor para a Polícia Civil e Militar, foi minha. Infelizmente foi rejeitada. Mas trabalhamos e vamos continuar trabalhando

com isso, porque entendemos que esses trabalhadores que dão as suas próprias vidas para proteger as nossas, merecem uma aposentadoria especial. Também foi meu o projeto de lei que pedia que os policiais que estão aqui na Capital, ou em qualquer cidade, tivessem o direito de usar os ônibus interurbanos para atravessarem os municípios, principalmente da Região Metropolitana, porque alguns têm que descer nas divisas para pegar outro ônibus e não podem usar os ônibus coletivos intermunicipais.

Não podem atravessar gratuitamente, porque eles merecem. Isso já acontece na Capital, nas não acontece nas regiões interurbanas. Não sei onde está o projeto, parece que foi engavetado.

Em terceiro lugar, quem tentou colocar aqui, nesta Casa, e vamos colocar de novo o troféu “Ato de Bravura”, porque tem muitas senhoras aqui que são viúvas e estão chorando, e os nomes dos seus maridos nem mais são lembrados, porque deram as vidas por nossa causa, por nossos filhos. Eles merecem este momento de reflexão, senhores parlamentares, quando essa lei entrar, esse novo projeto de lei possa ser aprovado para que eles possam ter aqui pelo menos o seu nome lembrado.

Quero dizer também, como lutador pela classe, que nós precisamos usar o bom senso.

No palácio estava conversando com o companheiro comandante Furquin e o companheiro Rolin, para que vocês tomem cuidado para não serem usados como massa de manobra, porque alguns vereadores no meio de vocês, vêem isso apenas como ato político, para tentar trazer algum quebra-quebra, alguma coisa. Vocês procurem monitorar essas pessoas para que depois não criem um ato de repulsa por parte do governo.

Tentem, com bom senso, como policiais equilibrados que todos vocês são. Sei que é difícil pedir isso neste momento em que a comida já começa a faltar na panela. Sei que tudo isso é fato, mas usem do bom senso para que não sejam usados como massa de manobra quando forem conversar com o governador e com o chefe da Casa Civil, para que tentem as reivindicações atendidas. Tenho certeza de que os 54 deputados que estão aqui estarão do vosso lado, para que as reivindicações que vocês pedem sejam atendidas.

É o que eu tinha a dizer, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Horário da Liderança do PSL, deputado Geraldo Cartário.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

(Assentimento)

Senhor presidente, não consegui entender o discurso do deputado Takayama.

Faço aqui uma Questão de Ordem, muito embora não esteja usando a carapuça. Mas entendo que todos os deputados que usaram da tribuna, inclusive as Lideranças Sindicais, a dona Conceição, que chorou naquela tribuna, os demais parlamentares, ninguém foi à tribuna fazer dis-

curso demagógico. E a maneira como o deputado Takayama se posicionou na tribuna foi evidentemente numa tentativa de atingir aqueles que se posicionaram e mostraram solidariedade à Polícia Militar.

Tenho o maior respeito ao pastor Takayama, mas não precisamos que ele venha aqui, querer catequizar a Assembléia Legislativa.

Cada um sabe o que diz. Portanto, é preciso respeito.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra o deputado Geraldo Cartário.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA (Pela Ordem)

(Assentimento)

Vossa Excelência sabe que em momento algum citei nomes aqui e não vim fazer discurso demagógico. Não disse que ele o fez, se ele está se aborrecendo é porque alguma coisa sentiu. Mas não acredito que isso possa acontecer desta maneira.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra o deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor presidente, senhores deputados, senhores policiais militares e civis, seus familiares que aqui estão presente.

Início as minha palavras, lembrando do policial Angelo, da cidade de Fazenda Rio Grande, quando este, fantástico, corajoso, policial, o Angelo ao receber um telefonema de que estariam assaltando um banco de São Paulo, que sequer é um Banco do Paraná, ele se locomoveu, correu à frente do Banco e ali chegando, foi abatido pelos bandidos e marginais, deixando a esposa e os familiares sem apoio devido e merecido pela sua bravura. Defendeu a Fazenda Rio Grande, defendeu nosso município e naquele momento eu fiz um pronunciamento aqui na Assembléia, dizendo que o policial civil e militar tem que ser tratado com diferença, tem que ser tratado com autoridade constituída pela comunidade, e que esta autoridade constituída, não pode ficar à margem de não ter uma casa adequada, de ter uma moradia à altura da autoridade que ele é e representa para a comunidade.

Da mesma forma que eu dizia naquele pronunciamento, de que o policial civil e militar, não pode ficar, em hipótese alguma, como esta semana, senhor presidente, passando por São Jerônimo da Serra, lá estava o soldado fardado, com o seu revólver, implorando, mendigando uma carona para levá-lo até a cidade de Curiúva, porque ele não tem condições de ter o seu automóvel, ter o seu carro próprio. É vergonhoso, uma autoridade que tanto o juiz, como o promotor, como o mais rico, como dono de Banco, na hora do desespero grita: “chame a polícia”. E a polícia está nesta situação.

Companheiros, cabe a nós votarmos um projeto que eu apresentei, revoltado, pela morte do Angelo lá na

Fazenda Rio Grande. Eu vou ler esse projeto que está aqui nesta Casa. Depende do presidente, este grande político do interior, que hoje preside a Assembléia, Hermas Brandão, depende dele, da Mesa Executiva e dos deputados, para aprovarmos o projeto que passo a ler.

(Lê):

“Súmula:

Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio moradia para os servidores públicos integrantes dos Quadros das Polícias Civil e Militar na ativa, que ganhem até R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), bem como auxílio-transporte.

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a conceder auxílio-moradia sempre reajustado de acordo com os índices da inflação a todos os servidores públicos integrantes dos Quadros das Polícias Civil e Militar na ativa que comprovem pagar aluguel ou financiamento da casa própria no valor de R\$400,00 (quatrocentos reais) por mês, por um prazo de 25 (vinte e cinco) anos.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio-transporte para todos os servidores públicos ativos integrantes dos Quadros das Polícias Civil e Militar, no prazo de 50 meses, no valor de R\$200,00 (duzentos reais) para financiamento de veículos próprios e particular por funcionários das corporações citadas.”

Senhor presidente, serão apenas seiscentos reais por mês que o governo do Estado, vai insistir numa autoridade constituída, amada, querida e respeitada pelo povo e hoje jogada da forma e de acordo com.... aqui estão as reivindicações dos seus familiares. Se o juiz de direito tem o direito à moradia, deputado Luiz Carlos Martins, veja o juiz de direito, a maior autoridade, ganha um salário muito diferente da Polícia Civil e Militar, um juiz de direito tem direito à moradia, o promotor tem direito à casa própria, e os policiais militares e civil, ficam nesta situação.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. CUSTÓDIO DA SILVA (Pela Ordem)

Senhor presidente, só para somar com os colegas parlamentares que usaram da tribuna, nesta tarde, dizer que diariamente no nosso gabinete, temos recebido esposas, filhos, tanto da Polícia Militar e da Polícia Civil, pedindo remédios para seus familiares.

Quero deixar, também, senhor presidente, o nosso gabinete à disposição das reivindicações junto ao governo do Estado do Paraná, para que possamos atender às reivindicações dos nossos policiais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Herma Brandão)

No Horário destinado às Lideranças, concedemos a palavra ao deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, senhores deputados, companheiros da Polícia Militar e Civil que aqui se encontram, esta é uma tarde em que a Assembléia reflete, exatamente, o momento porque passa o Estado do Paraná. Um momento de opiniões fundamentalistas. Um momento em que não se pode discordar. Um momento em que não se pode ser contra.

Ouvia, atentamente a reivindicação da dona Conceição, do nosso companheiro Luiz, do Antônio Carvalho, que tem nos procurado para discutir, com relação à Polícia Civil, um estatuto que vem a esta Casa sem ninguém ser ouvido. Ouvi dona Conceição falar, desta tribuna do problema do soldo dos policiais militares. Há quanto tempo ouvimos promessas!

Há quanto tempo, como diz o deputado Algaci Tulio, esta Casa serviu de fiadora para acordo que não foram cumpridos. Mas, este é o estigma deste governo: usa na hora de eleição e cospe após a eleição. E só falta dizer, agora, para os senhores, quando forem conversar com o chefe da Casa Civil, que derrubou o governo presidencial, talvez derrube o nosso governador Jaime Lerner. Pela forma como age, só falta dizerem aos senhores que para terem aumento, é preciso vender a Copel. Só falta isto, gente! Não falta nós ouvirmos mais nada, porque todos os argumentos já foram usados nesta Casa, e não convenceram. E, agora, só falta quererem usar a massa dos nossos policiais civis e militares para engrossarem o pouco que têm, para dizer que têm que vender a Copel. Não há esta necessidade, porque esta promessa vem desde 96, vem desde 97, 98, 99, 2000, 2001! E aonde estão as vendas realizadas?

Então, senhores, não se deixem iludir. Se lhes disserem isto, não é verdade! O que é verdade, neste momento, é que é um governo que não admite a discussão, que não admite, em hipótese alguma, que alguma voz se levante contrária! Este fundamentalismo me parece o pior de todos.

Concedo aparte ao deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado Marcos Isfer, escuto atentamente seu pronunciamento e queria parabenizá-lo pela coragem. Vossa Excelência, que faz parte da base de apoio ao governo, que teve a coragem de discordar da opinião do governo junto conosco com relação à venda da Copel, e mais uma vez mostra sua indignação, de um governo que não aceita o contraditório. Todos aqueles que de uma forma ou de outra, democraticamente, procuraram exercer o seu direito, de colocar a sua opinião, são vistos, como diz o governador, por infiéis.

Parabéns, deputado Marcos Isfer, pela sua coragem, nós só não podemos ser infiéis ao povo que nos elegeu. Por isso quero aqui, em nome do PPS, como líder deste partido, parabenizá-lo pela coragem.

Tenho certeza absoluta que o povo de Curitiba e do Estado do Paraná saberão reconhecer esse seu posicionamento.

O SR. MARCOS ISFER

Muito obrigado, deputado Cezar Silvestri.

E é uma verdade, porque desleais nós não podemos ser com o povo. Agora, vou montar um desmonte em cima do Estado para justificar determinadas atitudes.

O desmonte que começa em alguns órgãos públicos aconteceu nessas semanas, porque se trocam técnicos por cargos políticos, como se isso fosse a forma de convencer alguém; não acredito que alguém possa ser convencido, por tão pouca coisa. E, espero desta Assembléia, destes companheiros que aqui hoje estão, quando voltarem a esta Casa, mantenham os seus discursos. Ouvi atentamente os discursos colocados, sem sombra de dúvida, o discurso do deputado Geraldo Cartário, dizendo do auxílio-moradia ao policial, do deputado Algaci Tulio, que tem sido firme, intransigente na defesa do povo do Paraná, tenho certeza que é este o discurso que deverá ser mantido.

Concedo aparte ao deputado Tiago Amorim.

O Sr. Tiago Amorim

Obrigado, meu caro deputado Isfer.

Quero cumprimentar os policiais militares e civis, Benedito Lima, que representa também os policiais civis de Cascavel, policiais que nós respeitamos e que acima de tudo admiramos, também pela sua ação ao combate da criminalidade.

Como homem que vivo há quatorze anos desenvolvendo um trabalho dentro da área de segurança pública, há dias passados, e é importante que saibam, nós contestamos com veemência o secretário de Segurança Pública, em relação às suas atitudes, e colocamos a ele que são atitudes ultrapassadas, e ditatoriais em relação a algumas ações contra os funcionários da Segurança Pública do Paraná.

Há dias passados, criticamos o comandante da Polícia Militar, que não aceitava que um soldado, um sargento, pedisse um favor a um parlamentar desta Casa, enquanto o policial passa fome, dificuldades. Quero dizer que nós não podemos mais permitir que esse tipo de situação continue no Estado do Paraná, e esperamos a sensibilidade do governador Jaime Lerner, para que nós possamos fazer a verdadeira justiça social, que não só a família dos policiais militares e civis esperam, mas todo Estado do Paraná. Sou parceiro da segurança clara e transparente, respeitando os bons policiais e as famílias que aqui estão. Não vamos medir esforços, como deputado de Cascavel, do Oeste do Estado do Paraná, para defender as nossas famílias.

Muito obrigado, meu caro Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Agradeço ao deputado Tiago Amorim, e apenas para concluir, gostaria de dizer ao governador: “Abra o

olho, governador Jaime Lerner, veja as pessoas que o estão cercando, o estão enganando. Está aí o secretário da Segurança, como diz Vossa Excelência, que engana o governador, começa agora um desmanche em algo que funcionava dentro da Segurança, que é o Detran. Começa a nossa Casa Civil a bater em todos os deputados desta Casa, porque hoje é um, mas não se iludam, nenhum dos senhores, amanhã serão os senhores.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, alguns parlamentares que me antecederam, falaram o que nós concordamos, salários baixos, reconhecimento zero, por parte do governo, tudo que existe realmente é contra a segurança do Paraná, seja civil ou militar.

Vejam os senhores: Há muitos e vários anos, a cada dia estão sucateando a Polícia Militar e a Polícia Civil. Por quê? Porque a bancada majoritária nesta Casa, que sempre, como nesta oportunidade, ali ocupa a tribuna, fala o que vocês querem ouvir. Mas na hora de votar, é só a turma do lado, de cá que vota com vocês, fazem reivindicações que vocês querem! Palavra é fácil! O governador, quero ver se tem coragem, se é homem: que dispense a Polícia Militar que faz a sua segurança e saia na rua para ver se não apanha na rua! Dispense a guarda, Jaime Lerner, e você terá que andar de helicóptero por aqui, porque pela rua ou mesmo de automóvel, te cercam, te tiram de dentro e vão exigir aquela frase que ali estava e que foi retirada: “palavra do governador não vale nada porque ele não cumpre”.

Vejam vocês; Eu sou deputado de Ponta Grossa, tenho alguns amigos que fizeram concurso da Polícia Militar, foram deslocados aqui em Curitiba, em São José dos Pinhais, em Irati e tinham domicílio na minha cidade de Ponta Grossa.

Indo ao Batalhão da Polícia Militar da minha cidade, conversa com o comandante de permuta a ser feita, da transferência. Vinha nesta Casa, fazia o ofício, pedindo da possibilidade da transferência ou permuta daquele soldado, ou daquele ente querido que era afastado do seu convívio familiar e aqui foi relatado por um deputado que teria de pedir carona, porque não tinha dinheiro. Eu fazia o pedido para o comandante Guaraci, que saiu, felizmente do comando da Polícia. Sabem o que esse coronel fazia com aquele seu subordinado? Dois, quatro dias de cadeia porque procurou um deputado para voltar junto à sua família.

Parece que Deus nos dá realmente a consciência que nós possuímos. E esse mesmo Deus que nos dá a consciência, afastou por vontade Dele, de uma doença, o comando da Polícia porque senão, ele estaria até hoje lá.

Nós temos a escolha na nossa mão, do destino que nós somos. Nós temos o voto. É a maior arma que temos. Quero que os senhores voltem aqui no dia em que o Algaci Tulio apresentar as emendas neste projeto que aqui está em favor da família da Polícia Civil, bem como da Polícia Militar, e vocês vão ver neste Plenário quem

vota favorável a você e quem vota contrário. Venham aqui e vocês serão testemunhas do que é bom para o Parlamento, que é a presença vossa e no discernimento desta Casa. Do nosso presidente Hermas Brandão tenho a certeza absoluta, terá total isenção a Mesa Executiva em favor da Segurança do PDT, que infelizmente abrigamos esse traidor do Palácio Iguaçu que era do nosso Partido, mas que também pela vontade de Deus, saiu do nosso meio e parece que o ambiente, o ar e principalmente a graça do PDT nos braços do povo, cresceu a cada dia mais sem ele.

Quero terminar pedindo a vocês que continuem nessa luta, não só na palavra daquela mulher - mãe, avó, continuem nessa luta em pé, com dignidade, por que o governador Jaime Lerner é igual carro sem bateria, só pega no tranco, empurrando ele como vocês o empurraram. Vocês vão espremê-lo e vão fazê-lo ter palavra empenhada e cumprida.

Aqui dentro tem muito perdigueiro dele, ele não tem coragem de vir aqui, mas ele manda os perdigueiros virem aqui ouvir, anotar e levar os recados.

Governador, o recado do Zuk e do Eli Ghellere é que o senhor seja homem e cumpra a palavra com a Polícia Civil e a Polícia Militar do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Continua o Horário das Lideranças.

Com a palavra o PT. Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor deputado Hermas Brandão, senhoras deputadas, senhores deputados, em nome do Partido dos Trabalhadores, orientação do nosso líder Hermes Fonseca, estou aqui trazendo a solidariedade do PT às classes policiais, aos nossos queridos servidores da Segurança Pública do Estado do Paraná, e dizer para vocês que nós pensamos muito diferente desse governo. Primeiro achamos que nós precisamos para o Paraná uma política estadual de segurança, entre tantas outras coisas, a valorização profissional, salário, carreira, condições de trabalho, assistência médica, psicológica e assim por diante, além de tratar a questão dos presídios.

Vejamos o que está acontecendo com a segurança do Paraná. Os agentes penitenciários estão em movimento, estão reivindicando, querem segurança e condições de trabalho, os professores que dão aula nos presídios, foram cortadas na semana passada as aulas e foram mandadas pela secretária de Educação a procurar aulas em outros estabelecimentos. E hoje nós recebemos aqui nesta Casa, que é uma Casa, já por determinação da nossa direção, uma Casa aberta ao debate de toda a sociedade paranaense, as classes policiais.

O governo do Paraná faz uma política de divisão de classe; quando assumiu, falou que ia dar, quando em campanha ainda, aumento aos professores, um plano de cargos, carreira e salário, ia atender as horas de atividades, ia dar a maravilha para os professores.

O que fez? construiu Faxinal do Céu e levou para lá os diretores da escola para fazer lavagem cerebral, para eles ficarem a favor do governo e o resto dos professores dominados por esses diretores; foi isso que aconteceu. Com relação à Polícia Civil deu aumento aos delegados, e os agentes, os "tiras" que fazem o dia-a-dia a prática policial, 300, 380, 400, 500 reais. Aí nós temos o cara que ganha dez mil reais atrás de uma escrivanhinha, e o cara que vai fazer a investigação, produzir relatório, bater a máquina ganhando 300 reais. Quem é que controla a Delegacia de Polícia? Não é o "tira", é o delegado. Com a Polícia Militar é a mesma coisa: deu aumento diferenciado aos coronéis, nós temos aí quinze coronéis hoje coordenando, aliás, descoordenando na Polícia Militar, e os praças e as classes abaixo, sem aumento. A Polícia sai do estádio de futebol com vinte e quatro horas de serviço, vai cuidar de problema de caminhoneiro, greve de professor, problema de sem-terra, trabalho estafante, tem policial militar com problemas sérios de estafa, problemas psicológicos e abandonou a assistência médica, que o diga aqueles que procuram, por exemplo, o IPE: completamente jogado às traças.

Faço um convite aos senhores que estão aqui, para fazer uma visita ao IPE, no seu subsolo. Vocês verão computadores, máquinas de escrever, material de escritório, com teia de aranha. O setor de radiografia, que vale uma fortuna, completamente abandonado. Por quê? Porque querem que a iniciativa privada fique com isso, sem atender aos interesses dos servidores públicos estaduais.

O governo Lerner vai falar para vocês que é capaz de dar um aumento - mais uma vez -, mais vai ter que vender a Copel. Não podemos entrar nessa história. Ele cria o problema para resolver o seu problema financeiro. Ele cria o problema com os prefeitos, que vai atender convênio, com os servidores, com os professores. E vão vender a Copel, para resolver o problema!

O governo do Estado do Paraná está envolvido em doze grandes escândalos de desvios de recursos, porque tem que fazer um esforço tremendo, para fazer o Estado do Paraná, com um bilhão, de dívida, passar para quinze. O esforço se traduz em uma palavra: corrupção. Ele assume compromissos, porque para ele é fácil trabalhar coma manobra politiqueria. Assume compromisso com a classe de professores, com os caminhoneiros do Paraná e com vocês e não cumpre. Porque o governo do Paraná não tem uma coisa: caráter!

Um governo que nas vésperas das eleições assina um documento, um governo que manda a sua secretária fazer acordo, um governo que manda fazer o secretário de Segurança fazer acordo, com os prefeitos e professores, que manda os secretários da Casa Civil, da Administração e de Segurança fazerem acordo com os policiais e, depois, não cumpre.

Quero encerrar, senhor presidente - peguei, aqui, rapidamente uma frase, nesse momento - Por que não se cumpre acordo? Porque não se tem caráter! O vereador acabou de me passar uma frase muito usada no Paraná:

“Parar, não paro. Esquecer, não esqueço. Se caráter custa caro, eu pago o preço”. Temos pensar seriamente, primeiro, que não podemos ter um governo no Paraná, sem caráter. Assumiu o compromisso, é fio de bigode e tem que levar até o final.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Horário das Lideranças.

PPB.

PMDB. Concedo a palavra ao deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. As palavras muitas vezes enganam e outras vezes mentem. O que não mente e o que não engana, são os atos e as ações.

Ouvimos atentamente discursos acalorados aqui, nesta Casa, em favor das Polícias Civil e Militar do Paraná. Que bom que esses discursos se transformassem concretamente em ações, na defesa do funcionalismo do nosso Estado.

Aqui, nesta Casa, esta tribuna é a tribuna das Oposições. Temos feito desta tribuna um mandamento paranaense na defesa do Paraná e na defesa do nosso funcionalismo público, que há seis anos, senhor presidente, está sem aumento. Não é com aumento salarial, é sem reajuste salarial. É o poder aquisitivo do funcionalismo público, que a cada dia perde a sua condição de compra. Não é aumento que se pretende e é preciso colocar claro isso, porque sequer é a reposição da defasagem do salário, que hoje, ultrapassa 50%.

Nós, senhor presidente, senhores deputados e pessoas que aqui estão, sempre tivemos coerência na nossa posição. Quando a galeria está cheia, nós aqui mantemos a nossa posição. Quando na galeria não tem sequer uma pessoa, subimos à tribuna para cobrar decência desse governo irresponsável, que gasta mal o dinheiro do povo. Governo que gastou 550 milhões em propaganda para mentir ao Paraná e ao Brasil. Governo irresponsável que vendeu o Banestado, vendeu os royalties de Itaipu, vendeu a metade da Copel, a metade da Sanepar e o dinheiro sumiu! O gato comeu! É um governo que não tem CPF! É um governo desmoralizado, este governo do senhor Jaime Lerner. Infelizmente ainda falta um ano e meio para que este cidadão seja apeado do poder, porque tanta infelicidade tem causado ao nosso povo.

Mas não é só isso, funcionários que aqui estão: há um carimbo de desonestidade neste governo. Todos os dias pipocam escândalos, corrupção, roubalheira que envergonham o nosso Estado em todos os lados. É uma mancha pesada de um governo que se elegeu e se distanciou do povo, se esconde.

Ainda agora, chegou na Casa um ofício do governador Jaime Lerner, pedindo autorização para viajar para o mundo inteiro, até o dia 31 de dezembro de 2002, sem

autorização desta Casa. Viajar pelo mundo inteiro às custas do sofrimento do nosso trabalhador, às custas do sofrimento do povo do Paraná, às custas do dinheiro que falta para repor o salário do Policial Civil e do Policial Militar.

Senhor presidente, nós do PMDB, estivemos sempre aqui, nesta Casa, com muita coerência, defendendo o funcionalismo público do nosso Estado, cobrando melhoria de qualidade de vida, cobrando ações do governo que tem - teimosamente - insistido em desmoralizar o servidor público do nosso Estado. Falou lá, daquela tribuna, o deputado Algaci Tulio: em 1997 solenemente, com pipocar de fogos, o senhor Giovani Gionédís assinou um compromisso com o funcionalismo público e tenho certeza que o governo gastou milhões de reais em propaganda para divulgar isso para o Paraná inteiro - dizendo que, em 97, iria repor o salário dos funcionários. Conversa fiada, balela, mentira, como mentira é este governo. Um governo marcado pela mentira, pela enganação, pela propaganda mentirosa. Um governo que faz propaganda à toa para dizer que o Paraná vai bem, que o provo do Paraná está faceiro. Mas não é verdade! O funcionalismo público passa fome! O funcionalismo público é desassistido vergonhosamente por este governo! Não é só a Polícia Civil, não é só a Polícia Militar: são os professores, os funcionários da área de saúde, da área da administração! São todos os funcionários públicos do nosso Estado!

Por isso queremos sim, assistir na Casa, a votação dos projetos de lei que o governo mais uma vez prometeu que irá encaminhar para esta Casa. Queremos ouvir aqueles deputados que discursaram solenemente para a platéia aqui, votar favoravelmente! Queremos ver que o discurso não fique só no discurso, quando o povo vem para as galerias, mas que ele se transforme numa realidade para votarmos projetos de lei que atendam os interesses da sociedade do Paraná, senhor presidente.

Esta é a posição do PMDB. E queremos aprovar, o quanto antes, as leis que possam melhorar a vida do trabalhador do nosso Estado, a vida da Polícia Civil, da Polícia Militar que tem contribuído de forma maiúscula para uma sociedade que possa ter uma boa qualidade de vida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Basílio Zanusso**)

Concedo a palavra ao deputado Augustinho Zucchi, no Horário da Liderança do PSDB.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, senhores deputados, companheiros da Polícia Civil e da Polícia Militar que permanecem aqui, quero agradecer ao deputado Sérgio Spada, líder do nosso Partido, por me conceder o Horário da Liderança do PSDB e falar então em nome dos deputados Sérgio Spada, Beraldin, Renato Gaúcho, do deputado Litro, enfim dos nossos deputados do PSDB, nesta Casa.

Vou fazer aqui uma referência às necessidades da Polícia Civil, da Polícia Militar, amplamente colocadas aqui por nossos caros deputados, tanto da situação como da Oposição. E me sinto confortável, porque onde vejo um número de parlamentares da Situação numa crítica ao governo do Estado, com relação à condução do funcionalismo público, nós também deputado José Maria Ferreira, podemos fazer. Mas acho que todos vocês estão aqui, sabedores, muito mais do que nós, que o inquérito, hoje, da Polícia Civil, a ser iniciado com uma fotografia, o governo não está devendo apenas a reposição salarial, ele deve as fotografias desde outubro do ano passado. A troca de delegados, por problemas políticos, etc e tal, eu disse ontem, aqui na tribuna, que junto com a troca de delegados, que dê pneu para as viaturas poderem andar, que dê pelo menos gasolina, e que não precisem os policiais civis e militares bater às portas das Prefeituras pedindo para que elas possam suprir estas necessidades também.

Agora, do lado emocional, eu não gostaria de falar aqui, porque me vem a idéia, mesmo de lampejo, uma frase do patrono do Exército brasileiro, soldado Duque de Caxias, que numa oportunidade disse assim: “No meu enterro não quero pompas, quem sabe nem salva de tiros. No meu enterro que o meu caixão seja ladeado, não pelo alto comando do Exército Brasileiro, mas por quatro companheiros que, na dignidade de cumprir a missão da segurança e da defesa da Pátria, sofreram comigo as agruras dessa profissão.”

Quem sabe, os penduricalhos todos, falado aqui, auxílio isso, auxílio aquilo, ora, daqui a pouco vai surgir o auxílio bife. Vamos dar um salário digno aos nossos policiais que o restante os policiais fazem com a competência que têm. Vamos dar a possibilidade, que vocês não levem dessa Casa, a falsa impressão, e para encerrar o meu pronunciamento, não usar todo o tempo, queria dizer o seguinte: já vi aqui, num momento dos professores, tocava, solenemente, uma música da professorinha, por uma artista colocada aqui na Assembléia. Então com aquela música da professorinha, lembrávamos nós, dos tempos idos, da nossa professora de primário, de quem nos pegou na mão para ensinar o A, o B. Saíram daqui os professores, com as lágrimas contidas, esperando que o governo cumprisse o seu compromisso.

Pois bem, naquela oportunidade, se assumiu o compromisso de votar aqui nesta Casa, deputado Algaci Tulio, o plano de cargos e salários dos professores. Cadê? Mais uma vez os professores vêm, em marcham, até o Palácio, e qual é a promessa? A promessa para os professores é a mesma do fotógrafo: tem que esperar vender a Copel, para daí pagar. Não é verdade isso!

Portanto, quero dizer, como deputado, aqui para vocês, não levem a falsa ilusão de que nós aqui vamos assinar embaixo o que o governo assinou lá, porque ele não cumpre o que assina.

Portanto, não sei qual é o plano que vai ser mandado na mensagem do governo, não sei se vocês discuti-

ram qual é o plano, não sei o que está escrito nesse Plano de Cargos e Salários, porque afinal de contas o Plano de Cargos e Salários pode deixar tudo como está ou pode obviamente fazer o Plano de Cargos que dê realmente a dignidade à profissão que vocês exercem.

Portanto, saiam apenas com a certeza, pelo menos da nossa Bancada do PSDB, nós votaremos aquilo que for do entendimento da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Nós, vocês que já votaram várias vezes com as promessas, cuidados para não votar com mais uma!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Horário da Liderança da Oposição.

Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados.

Se o pronunciamento da senhora Maria da Conceição de Souza, tivesse sido transmitido pela televisão, este governo estaria na realidade totalmente destruído. Quando alguém doente vai ao médico, e este médico lhe pede uma radiografia para ver como está a sua saúde, através dessa radiografia, você chega à conclusão daquilo que está acontecendo naquele corpo.

O corpo social desse Estado está apodrecido pela atuação do governo. Olha, as lágrimas certamente chegariam às faces de milhares e milhares de pessoas se tivessem tido a oportunidade de ver o depoimento libelo, a indignação expressados por esta senhora que representa as mulheres dos policiais militares.

Esse governo como se falou aqui para as galerias lotadas e ele é maioria aqui nesse Parlamento, quem ouviu os discursos poderia pensar contrariamente.

Gostaria de dizer àqueles que ainda restam aqui, que todas as reivindicações que foram feitas por vocês, se tivessem tido apoio dos deputados que dão sustentação ao governo, estariam todas as reivindicações atendidas.

Falar depois de tantos e tantos nos torna até repetitivos, mas as minhas anotações estão aqui. Lembro-me de uma frase que pronunciei nesta tribuna, quando aqui os professores vieram de todos os cantos do Paraná, inclusive muitos deles fazendo uma caminhada a pé, de Ponta Grossa até a cidade de Curitiba. O que nós ouvimos naquela oportunidade? A totalidade dos discursos dos governistas dizendo que os professores poderiam contar com eles, e aonde é que está o Plano de Cargos e Salários? Foi aprovado, na conversa, naquele dia aqui nesta Casa, no concreto, no objetivo, no voto, nada disso aconteceu. E um deputado aí querendo intimidar de demagogia, no meu entendimento, é um discurso do deputado Algaci Tulio; foi infeliz, porque essa demagogia produzida hoje, precisaria ter consequência no voto.

Porque o voto desse deputado, e eu respeito a posição dele, é sempre do lado do governo. Inclusive, falou que tinha muita gente, que votou nele aí.

Pediria a esse deputado que pedisse aos seus eleitores que não permitam que este governo pratique o maior crime que poderá se cometer contra o futuro, contra o amanhã do Paraná, que é a venda da Copel.

Senhor presidente, nós somos 14 deputados de Oposição, muitos premidos pelo bramido, sabe, pelas revoltas que vêm das ruas, felizmente, estão acordando para aquilo que pode acontecer em relação ao Paraná.

Mas, só não queremos dizer aos da Polícia Civil, aos da Polícia Militar, que nós aqui franqueamos com líder da Oposição. Posso afirmar isso, nós franqueamos toda a estrutura que não é muita que nós temos, no PDT, no PT, no PSDB, no PMDB, PPS, para fazermos com que vocês, possam, na realidade ser atendidos.

Esse governo, senhor presidente, não tem compromisso com a verdade. Estava por aqui o nosso companheiro Vanhoni; se não fosse uma mentira ardentemente preparada na boca da eleição, o Ângelo Vanhoni seria prefeito de Curitiba. Como seria governador do Paraná o Requião, se não fosse praticado aquele estelionato eleitoral da baixa da tarifa na boca da eleição lá em 1998.

É o que nós da oposição achamos, pensamos, falamos. Nós temos um compromisso com o Paraná, como um todo. Longe de nós da Oposição querer tutelar a caminhada de quem quer que seja, mas os policiais militares e os policiais civis estão esgotados, estão exauridos, como todos nesse Estado estão.

Esse governo torrou 500 milhões de reais, para fazer propaganda de si mesmo, como faz agora, quando o povo todo se levanta contra a venda da Copel.

O que é que faz o “seu” Jaime Lerner?

Arranca 20 milhões, que ele diz que não tem para e fica mentindo na televisão, para enganar aqueles que querem ser enganados.

Companheiros, não é só a falta de palavra, não. Os jornais estampam a todo o leitor com a confissão dos membros do governo, que estão barganhando. O que é barganha? É trapaça. O que é trapaça? É fraude? É mentira.

Senhor presidente, todos, à sua maneira, falaram a sua verdade. A nossa verdade que nós queremos que transmitam as famílias dos policiais militares e as famílias dos policiais civis é que nós acreditamos na organização popular. Nós acreditamos na mobilização popular, sem ela com esses governantes neoliberais, entreguistas, que estão acabando com o patrimônio público do Paraná, só tem uma solução. É o povo nas ruas, é o povo organizado, falando alto como falaram aqui, para ver se consegue aquilo que é anseio de todos vocês.

Para isso, contem com os da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Liderança do Governo, deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente e senhores deputados, senhores presentes nas galerias, estou encaminhando nesta tarde, requerimento embasado nos seguintes termos:

(Lê):

Senhor presidente, senhores deputados, a carreira da polícia, tanto a civil como militar, é verdadeira carreira de Estado e como carreiras de Estado, devem ser preservadas de todas as formas. O Estado tem que ser eficiente na tutela do direito do cidadão, tem que ser eficiente dando garantias a todos os cidadãos, por isso que segurança pública para mim, para o governo e para todos nós é verdadeiramente uma prioridade absoluta, como é prioridade também a saúde, a educação, a segurança pública caminha em conjunto. O Estado minoritário deve fazer com muita eficiência a segurança pública, a garantia dos nossos cidadãos, a tranquilidade de ir e vir e isso só pode ser alcançado na medida em que tenhamos um Estado forte, mas um Estado que desempenhe com eficiência o policiamento, as garantias do cidadão,. Que possam todos cidadãos se sentirem seguros, não só na capital do Estado, mas em todos os cantos desse nosso Estado do Paraná.

Por isso, todo o apoio da Assembléia Legislativa, do governo do Estado para que a Segurança Pública tenha no Estado um lugar de destaque, tenha a educação e a saúde pública, um lugar de destaque no Estado. Por isso mesmo, o Estado está se saneando, o Estado está priorizando as atividades primordiais do Estado.

Por isso estamos aqui empenhando a nossa palavra e empenhando a palavra do governo que este protocolo assinado será cumprido e todas as partes signatárias, ao final desse entendimento, serão beneficiadas, porque uma das grandes preocupações do Estado neste momento, é prover o Fundo de Previdência do Estado, que consome 96 milhões de reais por mês e na medida que se investe, tem que se investir no funcionário público, no pensionista e no aposentado. A gente sabe que sobra menos para investir na carreira de cada um dos cidadãos que estão na ativa.

Fica registrado o apoio da liderança do governo, às carreiras das polícias, quer seja a Polícia Civil, quer seja a Polícia Militar, porque todas elas buscam dar segurança ao cidadão e ao homem de bem do nosso Estado.

Por isso requero, senhor presidente, para que esse requerimento, uma vez aprovado, fique como um referendado a esse protocolo subscrito no dia de ontem entre a Polícia Civil do Estado do Paraná e os líderes que administram e que governam este Estado.

Muito obrigado.

O SR. CUSTÓDIO DA SILVA (Questão de Ordem)
(Assentimento)

Senhor presidente, hoje lá na CIC, onde eu moro há mais de 20 anos, estive o ministro da Educação, Paulo Renato e o governador Jaime Lerner, na Escola Estadual Professor Basílio Vicente de Castro, uma referência de ensino público do Estado do Paraná, comemorando o Dia da Família na Escola, com a presença de mais de três mil pessoas.

Não é verdade que o governador Jaime Lerner se escondeu do povo, como disse, aqui, nesta Casa, o deputado Nereu Moura.

Muito obrigado.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

(Assentimento)

O deputado Custódio da Silva, na verdade, está enganado. Muito embora pense isso, mas não fui quem falei que o governador se esconde.

Agora compreendo essa reação do deputado Custódio, porque ele está aqui, na verdade, por uma concessão do governador Jaime Lerner e é necessário que ele tenha que fazer esse tipo de comportamento cortês com o governo do Estado.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

(Assentimento)

Deputado Nereu Moura, com todo respeito que tenho por Vossa Excelência, nós somos da mesma região, sou deputado de Oposição. O deputado Custódio, suplente, ou não, aqui na Assembléia é o mesmo deputado que eu, ou Vossa Excelência. Não existe diferença nenhuma. Eu acho que a posição do suplente, no exercício, é a mesma coisa que a do deputado eleito efetivamente. Então, nós não podemos admitir e não podemos conceber as suas colocações em referência ao deputado Custódio.

O SR. CUSTÓDIO DA SILVA (Questão de Ordem)

(Assentimento)

Senhor presidente, só para comunicar o nobre deputado Nereu Moura de que eu fiz 28 mil votos. Dezoito deputados nesta Casa, que estão hoje titular, fizeram menos votos do que o deputado Custódio da Silva.

Agora, não quero aqui magoar nenhum deputado, nenhum parlamentar, quero defender aqueles que estão trabalhando. E o governador Jaime Lerner esteve hoje, na CIC, comemorando a referência do ensino público numa escola estadual da região onde trabalhadores estudam.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

(Assentimento)

O deputado Custódio deve alterar a lei, porque a lei é que diz que um deputado se elege atendendo a um quociente eleitoral. Por isso, não temos culpa de ele não se eleger deputado, muito embora tenha feito 28 mil votos.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA (Pela Ordem)

(Assentimento)

Eu só queria dizer a Vossa Excelência que existe alguns deputados, que talvez porque tenham mais números de mandatos se acham superiores aos outros que ocupam um ou dois mandatos apenas.

Eu também fiquei profundamente chocado com a posição do parlamentar Algaci Tulio, a quem tenho grande respeito e todas as vezes que ocupo a tribuna ele

gosta de me contrariar ou de colocar posições ou palavras que nunca usei, principalmente com relação a ele. E muitas vezes para tentar diminuir a minha posição como deputado, ele me chama de pastor. Para mim, a posição de pastor está acima de qualquer situação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Peço ao senhor que encerre a sua Questão de Ordem, porque está totalmente...

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Eu lamento muito a postura de alguns parlamentares que se acham superiores aos outros. Só isso que eu tinha a dizer, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Pela Ordem, deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Fui citado pelo nobre deputado Pastor Takayama, a quem também tenho muito respeito. E quando eu falo em pastor, quero dizer que tenho uma profunda admiração, porque tenho convivido e tenho participado, de muitas assembleias de várias igrejas e, portanto, tenho o maior respeito.

Nós aqui tratamos o Pastor Praczyk de Pastor e ele nunca se ofendeu, espero que o deputado Takayama não se ofenda, quando nós o chamamos de Pastor Takayama. Apenas, não entendi a sua postura quando foi à tribuna dizer que alguém tinha feito um discurso demagógico. Ora, alguém desta Casa ele ofendeu, se não foi a mim, eu me queimei pelos companheiros!

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

E mais, isso demonstrou que a carapuça lhe serviu.

O SR. ALGACI TULIO

Não, absolutamente, a minha consciência é muito tranqüila, eu fui defender os interesses dessa gente que está aqui, e que veio pedir clemência ao governador, que veio aqui pedir urgência nas medidas, nas condições salariais de cada um deles. Não fui fazer demagogia, aliás, por três vezes falei daquela tribuna que eu não estava fazendo demagogia, estava “jogando” para fora e ninguém mais do que eu, que fui testemunha de três, quatro vezes, tentativas de entendimento de governo, intermediando, eu e o deputado Ricardo Chab. E queremos aqui nos penitenciar, neste momento, ao deputado Ângelo Vanhoni, não fosse a minha intervenção, quem sabe, não quero chegar a este ponto, mas era véspera de segundo turno, não fosse nós termos ido lá, deputado Ricardo Chab, pedir à categoria que parasse a greve naquele momento, que desse ainda uma oportunidade, quem sabe! Três mil policiais civis representam por três, quem sabe nove mil pessoas, e isto somando a outras pessoas, talvez chegasse na diferença, evidente, daquilo que faltou para o Vanhoni ganhar.

Então, nós fomos botar a “cara”, nós fomos ser o intermediário desta Casa, fomos nos colocar à disposição das categorias. E o que é que nós vimos até hoje? Três assinaturas ou três protocolos de intenções, dois deles até agora não foram cumpridos. Eu torço, rezo e espero que Vossa Excelência faça também orações, nos seus momentos de reflexão, na sua igreja, para que o governo do Estado realmente cumpra com esse compromisso que assinou ontem com os policiais.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Sabemos que a interferência do companheiro Algaci Tulio foi na tentativa de diminuir o meu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela Ordem, deputado Moysés Leônidas.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Presidente, eu não sou pastor, nem sei se cabe pela Ordem, mas queria fazer um apelo aqui a Vossa Excelência que conduz muito bem, que os ânimos estão acirrados, a Situação de hoje será a Oposição de amanhã e vice-versa, porque assim é o Parlamento. Mas fica como sugestão a Vossa Excelência, faça um culto ecumênico aqui, chame todas as denominações, quem sabe expulsa esse mau humor que impera aqui no Plenário que é prejudicial inclusive à Casa.

Muito Obrigado!

(**Tumulto no Plenário**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela Ordem, deputado Ricardo Chab.

O SR. RICARDO CHAB

O Deputado Algaci Tulio disse que nós estivemos lá, realmente estivemos, eu e o deputado Algaci Tulio, na época, isso é um passado bem recente. Seguramos a greve da Polícia Civil que estava a uma semana da eleição do segundo turno aqui na Capital do Estado, e tenho certeza absoluta que fizemos isso sem pensar que iríamos prejudicar “a” ou “b” na eleição municipal. Quero fazer essa colocação, porque tenho pelo deputado Vanhoni um profundo respeito e ele sabe disso. Jamais faria isso para prejudicá-lo numa eleição municipal, mas fizemos, porque nós na condição de deputados, eu e o deputado Algaci Tulio, estávamos servindo de canal de negociação - é bom que se coloque para que não parem dúvidas e não me arrependo, em nenhum minuto, em nenhum momento de ter ido à Casa Civil, de ter assinado o documento, ter acompanhado o documento, de ter feito assembleia com os policiais civis. E jamais me arrependerei, sendo usado como deputado nesta Casa, como força para conquistar alguma coisa a qualquer categoria do servidor público.

Obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, proposta de emenda constitucional, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebida. Publique-se no Diário da Assembleia e em avulsos, para conhecimento dos senhores deputados.**

Mensagem nº 011/2001, subscrita pelo senhor governador do Estado, constante do expediente, solicitando a exemplo de procedimentos já adotados em relação a viagens a países que integram o Mercosul, utilização de tal sistemática, genericamente, para seus eventuais afastamentos do País, assim como os da vice-governadora, senhora Emilia de Salles Belinati, que não superiores a 15 (quinze) dias e de exclusivo interesse do Estado, venham a ser necessários. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Luiz Carlos Martins, na qualidade de líder do PSL, constante do expediente, indicando o nome do senhor deputado para representar o Partido nos trabalhos da Comissão Especial de Investigação da Sanepar. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos senhores deputados Hermes Fonseca e Irineu Colombo, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 04 (quatro), de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 370/99, de autoria do deputado Ricardo Chab, que dispõe sobre a interrupção de fornecimento de água e luz aos consumidores do Estado do Paraná.

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 370/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, a Companhia de Energia Elétrica - Copel e as demais concessionárias distribuidoras de água e energia elétrica no Estado do Paraná, obrigadas a esgotar todos os métodos e os recursos cabíveis na cobrança de tarifas em atraso, antes do corte de fornecimento de água e energia elétrica por falta de pagamento.

Parágrafo Único - O consumidor terá 90 (noventa) dias de prazo, após o recebimento da notificação, para justificar o atraso no pagamento. A empresa, ao receber a justificativa do consumidor, analisará caso a caso, levando sempre em conta o aspecto social de cada um, como o número de dependentes do domicílio, estar desempregado, ser costumas inadimplente e que o fornecimento de luz e água é um direito essencial do ser humano.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22.03.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

CUSTÓDIO DA SILVA - Relator

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela Ordem, com a palavra o deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, só para fazer um reparo na redação do projeto. Espero que na redação oficial a ser encaminhada para o Palácio, já pedi à assessoria para verificar, porque aqui fala em “ser costumas”, quando o correto é “contumaz”.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Informo ao nobre deputado que já foi feita a correção, no projeto.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar nº 422/2000, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que institui a Região Metropolitana de Guarapuava, nos termos do artigo 21 da Constituição do Estado.
Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 422/2000
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituída a Região Metropolitana de Guarapuava, composta pelos municípios de Guarapuava, Turvo, Campina do Simão, Goioxim, Cantagalo, Cândói, Foz do Jordão, Pinhão, Inácio Martins e Prudentópolis, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Art. 2º - A Região Metropolitana de Guarapuava terá um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo.

§ 1º - O Conselho Deliberativo será composto por 7 (sete) membros de reconhecida capacidade técnica e administrativa, nomeados pelo governador do Estado, devendo a nomeação de 3 (três) deles recair sobre pessoas indicadas em 3 (três) listas tríplices organizadas pelos municípios que compõem a região metropolitana.

§ 2º - O Conselho Consultivo será composto por 1 (um) representante de cada município integrante da Região Metropolitana de Guarapuava, por 3 (três) representantes da sociedade civil organizada, escolhidos pelos representantes dos municípios e funcionará sob a direção do presidente do Conselho Deliberativo.

§ 3º - O Estado do Paraná deverá prover as despesas com a manutenção e o funcionamento do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo mediante inclusão de recursos no orçamento anual.

Art. 3º - Compete ao Conselho Deliberativo:

I) promover a elaboração do plano de desenvolvimento integrado da Região Metropolitana de Guarapuava e a programação dos serviços comuns;

II) coordenar a execução de programas e projetos de interesse da Região Metropolitana de Guarapuava objetivando, sempre que possível, a unificação dos serviços comuns.

Art. 4º - Compete ao Conselho Consultivo:

I - opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da Região Metropolitana de Guarapuava;

II - sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e adoção de providências relativas à execução dos serviços comuns.

Art. 5º - São consideradas funções públicas de interesse comum da Região Metropolitana de Guarapuava:

I - o planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;

II - saneamento básico, como serviço de abastecimento de água, esgoto e limpeza pública em geral;

- III - uso do solo metropolitano;
- IV - transporte e sistema viário em geral;
- V - aproveitamento de recursos hídricos e controle da poluição ambiental em geral;
- VI - outras funções ou serviços aprovados no plano de desenvolvimento regional integrado.

Art. 6º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22.03.2001.
(aa) ALGACI TULIO - Presidente
CUSTÓDIO DA SILVA - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 444/99, de autoria do deputado Hermas Brandão, que determina que o governo do Estado publique no Diário Oficial os pagamentos efetuados pela sua Administração Direta ou Indireta. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 444/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam os Poderes Judiciário, Legislativo e respectivo Tribunal de Contas e Executivo, inclusive administração indireta e respectivo Ministério Público, obrigados a disponibilizar através de suas páginas na Rede Mundial de Comunicação - Internet, os seus gastos em geral.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.03.2001.
(aa) ALGACI TULIO - Presidente
CUSTÓDIO DA SILVA - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 007/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 1º da Lei 12.868, que declarou de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Veteranos e Amigos de Basquetebol. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 007/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o art. 1º, da Lei nº 12.868, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Veteranos do Basquetebol, com sede e foro nesta Capital”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 02.04.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 008/2001, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila São Vicente, com sede e foro no município de Paranaguá. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 002, de 19.02.2001).**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 035/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social Luz e Vida, com sede e foro no município de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 012, de 08.03.2001).**

O SR. PRESIDENTE (**Herms Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 868, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. DURVAL AMARAL

Para discutir, senhor presidente.

(Adia-se, na forma regimental)

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

O senhor poderia ler a íntegra do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (**Herms Brandão**)

Solicito ao 1º secretário a leitura do requerimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nelson Tureck**)

(Procede a leitura do requerimento)

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, assumi um compromisso com o deputado José Maria, com relação ao objeto desse requerimento. O deputado Irineu Colombo, nós já aprovamos um requerimento de teor muito semelhante. Tão logo nós tenhamos a resposta do requerimento do deputado Irineu Colombo, encaminharei ao deputado José Maria.

O SR. PRESIDENTE (**Herms Brandão**)

O senhor deputado José Maria está fazendo a retirada do requerimento.

Requerimento nº 897, de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Para Encaminhar**)

O SR. PRESIDENTE (**Herms Brandão**)

Para Encaminhar passo a palavra ao deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados, a intenção do requerimento que nós apresentamos pedindo Regime de Urgência é para o Projeto de Resolução que aprova o Decreto do governador do Estado de nº 3774 que aumenta a alíquota do ICMS para os produtos da cesta básica. O que nos faz apresentar esse requerimento em Regime de Urgência, exatamente em cima de uma declaração feita pelo presidente da Associação dos Supermercados de que se nós não revogarmos esse decreto, já na próxima quinzena, todos os produtos da cesta básica terão aumento em torno de 10%. Acho que cabe a esta Casa de Leis em ação rápida no sentido de revogar esse decreto. Nós vimos agora há poucos minutos a ação por parte dos policiais militares, das esposas dos policiais militares, dos policiais civis e mostrando as dificuldades salariais que eles vêm enfrentando. E esse aumento do ICMS na cesta básica vai exatamente prejudicar as pessoas mais carentes do Estado do Paraná. Por isso, peço a compreensão e o apoio de todos os deputados desta Casa.

O SR. SERGIO SPADA (Pela Ordem)

Queria chamar a atenção não só da Bancada do PSDB, mas da Casa como um todo. Sobre esse aumento nós fizemos um breve debate ontem, aqui, no Plenário, da necessidade, da urgência da revogação deste decreto que, na verdade, acaba com toda a política de incentivo e apoio do governo do Estado, à agroindústria, a industrialização dos produtos primários no Estado do Paraná.

Senhor presidente, deputado Cezar Silvestri, demais deputados, mantive contato com empresas ligadas ao processamento de carnes suínas, bovinas e a informação que tive desses representantes é de que houve, de acordo com esses decretos, os frigoríficos, os laticínios começarão, de pronto, a demissão de funcionários. E estarão entrando num processo mais vertiginoso e muito rápido de falência desses elementos: laticínios e frigoríficos.

Então há uma necessidade urgente, urgentíssima de se frear a vigência deste decreto sob pena de colocarmos o Estado do Paraná que é um Estado eminentemente agrícola num verdadeiro colapso. Daí o nosso encaminhamento favorável à aprovação do Regime de Urgência solicitado pelo deputado Cezar Silvestri.

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados, deputado Cezar Silvestri, fico muito feliz quando percebo que todos os paranaenses, os empresários, os deputados de todos os partidos, poderia dizer desta forma, estão muito preocupados com a revogação do “Paraná Mais Emprego”. Todos nós paranaenses e nós deputados, queremos, efetivamente, que essa política de Incentivo Fiscal e de Incentivo à industrialização que mais que dobrou a arrecadação do ICMS no Estado do Paraná, graças a visão que teve o governador Jaime Lerner de mudar o perfil econômico do Paraná quando resolveu lançar mão

da “Lei Anibal Khury”, dando incentivos e trazendo inúmeras indústrias para o Estado do Paraná.

Mas, nós temos aqui, senhor presidente, senhores deputados, uma triste realidade. A realidade de uma liminar do Supremo Tribunal Federal que revogou o programa de incentivos fiscais do governo do Estado do Paraná.

O governo não teve, neste momento, outra alternativa a não ser cumprir uma decisão do Supremo Tribunal Federal. E todos nós sabemos que decisão do Poder Judiciário não se discute. Se cumpre. E efetivamente o governo do Estado não está cumprindo uma decisão. Nada obsta que aqui, nesta Casa, nós venhamos a analisar essa questão e até fazermos uma pressão política sobre o Supremo Tribunal Federal sem que isto ocorra, entretanto, derrubando o decreto do governador, porque ao invés de ajudarmos o Estado neste momento nós estaríamos criando um embargo processual de desobediência a uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Razão pela qual eu encareço ao deputado Cezar Silvestri, porque também sou a favor, e todos nós somos a favor de incentivos fiscais para as nossas empresas e para as nossas indústrias, para que esse Regime de Urgência fosse retirado, ele não fosse votado neste momento, para que possamos ao longo dos próximos dias, uma vez que o Supremo Tribunal Federal declare extinta a ação proposta pelo Estado de São Paulo tendo em vista o objetivo da liminar alcançada pela extinção do decreto, nós possamos buscar uma nova alternativa para atender efetivamente os nossos produtores de leite, os nossos agricultores, as nossas indústrias que já estão instaladas, e outras tantas que estão para se instalar no Estado. Então, só por respeito a uma decisão do Poder Judiciário, da suprema Corte do Brasil, que nós retirássemos esse Regime de Urgência para que não fique como uma afronta ao Poder Judiciário. Eu encareço ao deputado Cezar Silvestri para que faça isso.

O SR. AUGUSTO ZUCCHI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, entendo perfeitamente o apelo do deputado Durval Amaral, até porque o governador tomou essa decisão orientado pela Justiça Federal. E nós, deputado Durval Amaral, não só nós, praticamente todo o Estado não tinha o conhecimento dessa questão determinada pela justiça, embora, eu não sou nenhum jurista, não tenho conhecimento jurídico sobre a questão deputado Durval Amaral, entendo que a liminar obviamente precede uma decisão do mérito, e até que se discuta a decisão do mérito obviamente acho que o governo cumpriu com a decisão, com aquilo que estabeleceu a liminar. Mas acho, deputado Cezar Silvestri, e eu particularmente gostaria de sugerir nesse sentido então, que houvesse aqui um compromisso da Bancada do Governo de nós, para que haja a discussão e o trâmite normal da matéria, mas que esse trâmite seja feito de forma rápida, e não apenas e tão somente retirar o Regime de Urgência.

Acho que poderíamos, deputado Durval Amaral, aprovar o Regime de Urgência, e se lá na frente chegar à conclusão através do pessoal da Procuradoria do Estado, enfim, dos órgãos jurídicos competentes aí, de que isso vai prejudicar uma ação do governo do Estado com relação a reestabelecer o Programa Mais Empregos, acho que aí sim, não apenas retirariamos o Regime de Urgência, no caso agora, mas poderia até se pensar em nós aguardarmos com o projeto, baseado isso numa, num interesse maior do Estado. Acho que agora o Regime de Urgência é apenas para tramitação rápida. Então, acho que nós poderíamos votar, presidente, esse Regime de Urgência, e se for de entendimento dos órgãos jurídicos do Estado de que realmente isso vai atrapalhar o Estado com relação a questão do Supremo Tribunal nós então solicitaríamos o projeto, até para não prejudicar o interesse do Estado.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, só para responder o líder Durval Amaral. Deputado Durval Amaral, falava agora com o presidente da CCJ, mesmo que nós aprovemos o Regime de Urgência em função do feriado que nós teremos, nós não votaremos antes de quinze dias. E esse assunto precisa ser resolvido com extrema urgência em função do acréscimo que teria nos produtos da cesta básica.

Acredito que poderíamos aprovar o Regime de Urgência, Vossa Excelência está nos dando uma explicação que nós não tínhamos o porquê desse decreto. E eu aqui me proponho, se nós vemos que realmente é uma questão de necessidade para o governo do Estado eu posso até pedir junto com os meus colegas a retirada do projeto. Agora, antes que nós tenhamos essa explicação eu acho que seria fundamental nós aprovarmos o Regime de Urgência na tarde de hoje.

O SR. ELI GHELLERE (Para Encaminhar)

Senhor presidente e senhores deputados, estou aqui em mãos com o Decreto 3774 que criou alguns benefícios da agroindústria, entre eles ele acabou com o crédito de 5% para as operações fora do Estado, e também com o programa “Paraná Mais Emprego”, que dava 48 meses, para que as empresas recolhessem o ICMS. E, por último, aqui, esse mesmo decreto, deputado Cezar Silvestri, o meu decreto prevê o fim do redutor de ICMS das cestas básicas. Esse decreto vem fundamentado, senhores deputados, em uma ação direta de inconstitucionalidade, a de 21559. Só que a ação direta de inconstitucionalidade e gostaria que o líder do Governo também se atesse, para o encaminhamento, prevê os dois primeiros itens, que o governo deve retirar o crédito presumido e também o “Programa Mais Emprego”. Mas ela não fala em nenhum momento à questão da cesta básica. O que me parece, é que nesse decreto, além de tratar os primeiros assuntos, também eles colocaram enxertado no decreto a questão da cesta-básica.

Não procede, sem dúvida nenhuma a fundamentação do governo, de que esse decreto vem fundamentado em uma ação direta de inconstitucionalidade. Vejo com a maior urgência possível resolvermos essa questão, e aprovarmos a lei do deputado Cezar Silvestri. Só na Região Oeste - o deputado Sérgio Spada sabe muito bem - são mais de cinco mil empregos, que estão em jogo, com uma canetada que foi dada, no dia 26 de março de 2001. Peço aos nossos parlamentares que realmente votem pelo Regime de Urgência e vamos aprovar essa lei, para que continuemos ter o benefício da cesta-básica.

O SR. DURVAL AMARAL

Pela Ordem, senhor presidente?

(Assentimento)

Senhor presidente, levei a cópia da decisão do Supremo Tribunal Federal, ao deputado Cezar Silvestri e ao deputado Augustinho Zucchi, autores desse projeto. Fizemos um entendimento e vamos votar, nesse momento, o Regime de Urgência e aprová-lo. Obviamente existe interesses maiores do Estado do Paraná, que não podem ser atropelados pela ação legislativa. Vamos preservar esses interesses.

Vamos votar o Regime de Urgência e tão logo o processo, que tramita no Supremo Tribunal Federal seja extinto, automaticamente voltaremos a discutir esse projeto ou outro equivalente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra, Pela Ordem, ao deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)

Quero contribuir com o raciocínio produzido pelo deputado Eli Ghellere, a ação direta de inconstitucionalidade atinge alguns pontos. O governo me parece que meteu um decreto, para pegar mais dinheiro. O programa “Paraná Mais Emprego”, o governo deveria falar que acabou, com esse novo decreto.

Diria mais, se nós conseguirmos aprovar uma resolução do deputado Cezar Silvestri, cria-se outra situação jurídica. Porque o governo alega que quer cumprir, mas os deputados não autorizaram. Portanto tem uma outra demanda jurídica, que vale à pena o governo pensar nas empresas a continuar com essa demanda jurídica. É uma situação nova no processo o governo querendo cumprir a ação judicial, mas a Assembléia Legislativa não deixou. O estado de São Paulo que entre com uma ação contra a Assembléia. Penso eu que essa é uma situação jurídica nova, que pode trazer solução para o governo.

Digo mais: por que é que foi declarada inconstitucional? Entre tantos pontos, senhor presidente, foi porque o governo do Paraná não discutiu no Confaz. tem frango em São Paulo, que paga 03% de ICMS. O nosso pagava 07 e agora vai voltar a pagar 17. Porque não discutiu no Confaz. Tinha que ter discutido, não por um decreto, teria

que ser uma lei, que tem um “status” maior e seria mais difícil de ser cassado, pelo Supremo Tribunal Federal. São algumas trapalhadas administrativas, que dão esses problemas, para o setor produtivo paranaense.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento do deputado Cezar Silvestri, permaneçam como estão.

Aprovado.

Requerimento nº 895, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI

Pela Ordem, senhor presidente?

(**Assentimento**)

Senhor presidente, apesar do pedido de Regime de Urgência do deputado Durval Amaral, ser um projeto seu, eu gostaria que ele tivesse a mesma atitude de ontem e pedisse para a sua bancada rejeitar o Regime de Urgência, porque ele não quer aprovar projetos de afogadilho.

Então que Sua Excelência deputado Durval Amaral, que ontem, pregou uma coisa eu quero que ele seja autêntico e hoje pregue a mesma coisa para eu poder continuar mantendo o meu respeito a Vossa Excelência.

O SR. DURVAL AMARAL

Respeito muito o deputado Anibelli e sempre vou continuar respeitando o amigo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação.

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI

Senhor presidente, Verificação de Votação. Apesar do Projeto ser de Vossa Excelência que me merece muito respeito.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Democraticamente vamos atender a solicitação de Vossa Excelência. Senhores deputados que aprovam o requerimento do deputado Durval Amaral, queiram levantar-se. Senhores deputados que rejeitam o requerimento do deputado Durval Amaral queiram levantar-se. **Aprovado.**

O SR. ANTÔNIO ANIBELLI

O deputado Durval Amaral é incoerente, oficialmente, a partir de hoje, quero que registre nos Anais desta Casa e nas taquigráficas, porque não é ofensivo a ele.

Requerimento nº 846, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 863, 864, 865 e 866, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 867, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 869, de autoria do senhor deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constante do expediente. **Encaminhe-se à Corregedoria.**

Requerimento nº 871, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 872, 873, 874 e 888, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 879, 880 e 881, de autoria do senhora deputada Luciana Rafagnin, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 882, de autoria dos senhores deputados Luiz Accorsi, Nelson Garcia e Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 883, de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 884 e 890, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 886, de autoria dos senhores deputados Eli Ghellere e Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).**

Requerimento nº 889, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 892, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 893, de autoria do senhor deputado Antonio Baratter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 898, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 901, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 902, 903 e 904, de autoria do senhor deputado Tiago Amorim Novaes, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 905 a 908, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 911, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 910, de autoria dos senhores deputados Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Fernandes Silva Litro, Tiago Amorim Novaes, Nelson Garcia, Miltinho Pupio e demais senhores deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 894, de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 859, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. ALGACI TULIO (Para Encaminhar)

Senhor presidente, quero fazer um apelo ao deputado Orlando Pessuti. Nós, ontem, da tribuna da Assembléia, levantamos a situação caótica das filas de caminhões para chegar até o Porto de Paranaguá. Diante dos fatos e da repercussão, também o deputado Pessuti citou isso ontem aqui, houve uma reunião da Secretaria de Transportes, com a Ecovia, com a Superintendência do Porto, enfim, com todos ligados a esta questão do Porto de Paranaguá.

Quero dizer que, felizmente, as providências foram tomadas, hoje a fila de caminhões está além da praça de pedágio da BR-277.

E estamos vivendo um momento extraordinário para o Estado do Paraná no que diz respeito a esta produção de grãos. Só para se ter uma idéia, o Porto em março de 2001 teve um aumento de 203%, e não há Porto no mundo que agüente um pique destes, senhores parlamentares, é um estoque por terminal em Paranaguá, estão sendo descarregados diariamente 600 caminhões e mais 20 vagões, totalizando 80 mil toneladas diárias.

Faço isso e não estou aqui para defender ninguém, apenas para um reconhecimento à figura extraordinária do doutor Osires Guimarães e toda a diretoria do Porto de Paranaguá que está neste momento empenhada em agilizar todo esse processo de escoamento da safra do Paraná.

Peço, deputado Pessuti, quem sabe passado este momento em que se exige muito mais a presença do doutor Osires lá no Porto de Paranaguá do que trazê-lo aqui, ou então sugiro, vamos numa comissão tirada nesta Casa

aqui na semana que vem porque amanhã já é o último dia, vamos à Paranaguá, vamos lá conversar com doutor Osires, vamos ver de perto esta movimentação, vamos ver até onde realmente o Porto está capacitado ou não para atender uma demanda tão grande de farelo de soja, que teve uma coisa extraordinária, não sou da área da agricultura e o deputado Pessuti pode falar mais sobre isso, não tínhamos até então uma grande produção de milho, deputado Pessuti, e isto tem feito a grande diferença nesta safra, a produção de milho que superou todas as expectativas.

Então, ontem nesta reunião e hoje pela manhã já agilizaram aluguéis de silos para que pudessem receber toda essa demanda. Então, quero dizer - e fazer justiça aqui - que criticamos, mas no momento da fazer justiça tem que fazer, houve uma grande melhoria e a fila de caminhões já está andando, a Ecovia já está também se responsabilizando em atender os motoristas com banheiros móveis, o secretário de Segurança me parece também já aumentou o efetivo de segurança para os caminhoneiros. Então, acredito que algumas providências foram tomadas.

Faço aqui, apenas um apelo, deputado Pessuti, se puder evitar o deslocamento do doutor Osires até esta Casa.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Para Encaminhar)

No mesmo sentido do apelo que o deputado Algaci Tulio faz, também gostaria de fazer este pedido ao deputado Orlando Pessuti, até porque conheço o superintendente do Porto, doutor Osires, tive a satisfação de trabalhar com ele quando foi secretário dos Transportes, há muitos anos atrás. Uma pessoa íntegra, uma pessoa que vem desenvolvendo um belíssimo trabalho lá no Porto de Paranaguá, que nos últimos anos bateu todos os recordes.

Tive oportunidade de receber um convite do doutor Osires, para participar de uma reunião no Porto, agora no mês de janeiro, e tenho certeza absoluta, deputado Orlando Pessuti, o doutor Osires terá o maior prazer em receber uma comitiva aqui da Assembléia, dando as explicações, acatando sugestões porque é uma pessoa extremamente aberta, extremamente correta, é um homem que preza pelo bem comum e que está exercendo um ótimo trabalho no Porto de Paranaguá.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor presidente, senhores deputados.

Entendo que realmente tenha procedência a manifestação do deputado Cezar Silvestri e do deputado Algaci Tulio, até porque a intenção nossa era ver esse requerimento aprovado no dia de ontem, para que hoje pudessemos ter a presença destas autoridades ou termos tido tempo para programar a presença deles aqui, amanhã.

Na sessão de ontem também aconteceu aprovação de um requerimento das lideranças de Oposição e do Governo, antecipando a Sessão Ordinária de amanhã, das 14:30 horas para as 10:00 horas da manhã.

Vejo, portanto, que teremos, do ponto de vista prático, dificuldades para termos aqui os parlamentares amanhã, num horário especialmente marcado para ouvir o

doutor Osires, o pessoal da Ecovia, da Secretaria dos Transportes e também que foi sugestão nossa a Polícia Rodoviária Federal, inclusive vejo o doutor Hélio, na tribuna de honra da Assembléia, ele que é da Polícia Rodoviária Federal, aqui presente.

Mas li hoje e assisti pela televisão, que realmente alguns entendimentos aconteceram e que a fila está diminuindo.

Por esta razão, em função daquilo que sugeriu o deputado Cezar Silvestri e o deputado Algaci Tulio, peço a Vossa Excelência que deixe de votar hoje, o nosso requerimento, e que aguardemos até a próxima segunda-feira, quando estaremos aqui de volta para uma semana de trabalho pleno e normal. Se na segunda-feira entendermos necessário que votemos a constituição de uma Comissão de Parlamentares para irem até o Porto de Paranaguá.

Então, peço a Vossa Excelência, que deixe o nosso requerimento para a próxima segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado Orlando Pessuti, regimentalmente Vossa Excelência deveria retirar o requerimento e apresentar se for o caso, novamente, segunda-feira.

Vossa Excelência retira?

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Retiro o requerimento, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Retirado.

Pela ordem, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Deputado Hermas Brandão, apenas queremos nos solidarizar com o nosso deputado Antonio Anibelli, nosso companheiro, porque entendemos que o deputado Anibelli tem razão no encaminhamento que fez uma vez que foi uma grande injustiça, o encaminhamento do deputado Durval Amaral, ontem rejeitando o Regime de Urgência, para o projeto de grande alcance social.

Nós deputados do PMDB, não compreendemos bem o encaminhamento que o deputado Anibelli fez na questão do requerimento do Regime de Urgência. Por isso, queremos aqui publicamente prestar a nossa solidariedade ao deputado Anibelli, que é um grande companheiro e amigo, merece de todos nós o respeito aqui nesta Casa.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Senhor presidente agradeço as palavras do deputado Nereu Moura, não vou mais me ater nesse problema, já disse o que precisava dizer e todo o mundo ouviu e está registrado na Assembléia.

Só, também não concordo, com a retirada do Requerimento do deputado Pessuti, que tinha pedido a

Vossa Excelência para encaminhar, porque nós alertamos o governo sobre os buracos das estradas, sobre os problemas que causaria a supersafra do Paraná graças, ao povo, ao agricultor, ao homem anônimo do interior.

Graças a Deus, que mandou as chuvas nas horas certas. Graças aos financiamentos que os trabalhadores estão pagando sem a ajuda do governo, porque o Banco do Estado foi para o Itaú.

Então não houve previsão na grande safra.

Gostaríamos, que durante a semana da Páscoa, em que o governador ao invés de encaminhar uma mensagem pedindo para ir durante dois anos, ao Mercosul, que fosse à Paranaguá, pagasse o pedágio sem a segurança, que o deputado Zuk se referiu, não de helicóptero.

Mas, que passasse talvez cumprimentando os caminhoneiros de mão em mão, ele talvez, fosse a pé daqui a Paranaguá, vendo os caminhoneiros nessa fila de mais de 120 km ou 70km ou 80km, chegando à Curitiba.

Faria um esforço físico, perderia alguns quilos e voltaria talvez, no dia da Paixão de Cristo.

Ele apesar da sua religião, que não é a nossa católica, ele fizesse o sacrifício, andasse, emagresse, meditasse e, talvez, visse o problema dos caminhoneiros, dos funcionários públicos, da população paranaense e com o sacrifício dos nossos agricultores.

Seria excelente, então, votarmos hoje, mas já que o deputado retirou, deixar para segunda-feira.

E que o governador faça esse sacrifício, e saia ver o povo do Paraná, ver as estradas, ver os caminhoneiros e perder alguns quilinhos e fazer uma peregrinação na sexta-feira maior.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito ao nosso 1º vice-presidente, deputado Élio Rusch, que na próxima segunda-feira, instale a Comissão Especial de Investigação, que investigará irregularidade na Sanepar.

Os membros da comissão, são os seguintes deputados: Ricardo Chab, Edson Strapasson, Plauto Miró Guimarães, Geraldo Cartário, Neivo Beraldin.

Pela Ordem, o deputado Nereu Moura

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Gostaria de saber de Vossa Excelência qual o encaminhamento que vai ser dado à Mensagem nº 11/2001, através da qual o governador Jaime Lerner pede autorização para viajar até o dia 31 de dezembro de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Posteriormente. Determinamos o encaminhamento ao Departamento Legislativo e posteriormente virá ao Plenário.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 11, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:**EM VOTAÇÃO**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 097/99.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 030,031 e 033/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 016, 027, e 032/2001.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DOS SENHORES DEPUTADOS ELI GHELLERE E LUIZ CARLOS ZUK, EM SESSÃO DO DIA 10 DE ABRIL DE 2001.

Califórnia declara alerta “estágio dois”

AE-Dow Jones, Los Angeles - O Operador Independente do Sistema, que administra a maior parte da rede

de energia da Califórnia, declarou um alerta de “estágio dois” no Estado norte-americano, solicitando a economia de consumo, em decorrência da perda de geração.

O “estágio dois” antecede o corte escalonado de energia, que corresponde ao “estágio três” de emergência no setor, utilizado quando há risco de colapso de toda a rede estatal de eletricidade californiana.

Segundo o operador do sistema, o Estado perdeu cerca de 3 mil MW em energia gerada por pequenos produtores independentes porque os geradores não foram pagos pelas distribuidoras Pacific Gás & Eletricity, que pediu concordata na sexta-feira, e a Southern Califórnia Edison

Os pequenos produtores vendem diretamente às duas empresas e afirmam que os pagamentos em atraso desde novembro superam US\$1 bilhão.

Ao pedir concordata, na semana passada, a PG & E mencionou o lento progresso nas negociações com o governador da Califórnia, Gray Davis, para resolver o problema de caixa das distribuidoras de energia. A PG & E e a Southern Califórnia acumularam dívidas estimadas em US\$14,3 bilhões que as duas distribuidoras atribuem à proibição de repasse aos consumidores dos aumentos de tarifas aplicados pelas geradoras de energia.